

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

As relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã (1974-1979)

Rui Ferreira

M

2022



Rui Ferreira

As relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã (1974-1979)

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Aos meus pais.

Sumário

Declaração de honra	4
Resumo.....	5
Abstract	6
Introdução.....	7
1.Portugal e o Leste Europeu	12
1.1. O 25 de Abril e o novo regime.....	12
1.1.1. A nova política externa	13
1.1.2. I Governo Provisório	14
1.1.3. IV Governo Provisório.....	17
1.2. A constituição de 1976 e o I e II Governos Constitucionais	19
1.2.1. O advento do período Constitucional.....	19
1.2.2. Governos de Iniciativa Presidencial	20
1.2.3. 1979-1990 – A integração europeia	21
2.A Questão Alemã.....	24
2.1. O Status Quo alemão.....	24
2.2. O caminho para a reunificação.....	28
3.Portugal e a RDA	30
3.1. Conversações em Paris.....	30
3.1.1 Desenvolvimento das relações 1974-1976	32
3.1.2 Evolução política portuguesa e os primeiros acordos	37
3.1.3 Uma visão da RDA pela Embaixada portuguesa	38
3.1.4 Uma visão da RDA pela Embaixada portuguesa – parte II	42
3.1.5 Relações bilaterais – Associações e Eventos.....	48
3.2. Portugal, a Integração europeia e a RDA	51
3.2.1 Política externa da RDA pela visão da Embaixada	51
3.2.2 Eventos e Associação de Amizade.....	53
3.2.3 Visita de delegação parlamentar portuguesa	54
3.2.4 Instabilidade Governativa em Portugal e questões alemãs.....	55
3.3 Mudança de Embaixador e Visitas à RDA.....	57
3.3.1 Mudança de Embaixador	58

3.3.2	Visitas portuguesas à RDA.....	60
3.3.3	Visitas do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros à RDA	61
3.3.4	Visita de Parlamentares Portugueses e Semana da RDA	63
3.3.5	O Caso José Carvalho.....	64
3.4	A política externa da RDA – entre o Terceiro-Mundo e a África lusófona	64
3.4.1	Estabelecimento de relações com a África lusófona	65
3.4.2	O Terceiro-Mundo como hipótese	67
3.4.3	Apoio em África e abertura ao Médio Oriente.....	69
3.5	A questão alemã pela Embaixada portuguesa	71
3.5.1	Reportes, incidências e interpretações.....	72
4.	Relações Comerciais entre Portugal e a RDA.....	79
4.1	A evolução comercial e a posição da RDA – 1975-1977.....	80
4.1 .1	O triénio 1974-1977.....	81
4.1 .2	O Biénio 1978-1979	83
4.1 .3	Avaliação das relações comerciais com a RDA	86
	Considerações Finais	88
	Referências Bibliográficas	95

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 2022

Rui Ferreira

Resumo

O tema desta dissertação de mestrado é “As Relações Diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã (1974-1979)”, e o ponto de partida será o desenvolvimento das opções tomadas em matéria de política externa por parte de Portugal, nos períodos pré-constitucional (1974-1976) e no período constitucional. Partindo de uma visão genérica, onde serão analisadas as relações diplomáticas estabelecidas e restabelecidas com o leste europeu, esta dissertação tem como objetivo entender quais as orientações e opções que nortearam as relações com países para lá da cortina de ferro, e em particular com a República Democrática Alemã. O período definido para o tema, a baliza temporal entre 1974-1979, é o período que acompanha as ações/definições propostos pelos governos provisórios pré-constitucionais e pelos governos constitucionais para a política externa de Portugal e a substituição do primeiro embaixador português na RDA. A investigação passará pela forma como se materializaram essas relações através da análise da documentação expedida pela Embaixada portuguesa em Berlim Oriental e o estudo dos acordos assinados e as trocas comerciais desenvolvidas entre os dois países.

Palavras-chave: Portugal, RDA, Relações diplomáticas

Abstract

The theme of this master's thesis is "The Diplomatic Relations between Portugal and the German Democratic Republic (1974-1979)", and the starting point will be the development of the foreign policy options taken by Portugal in the pre-constitutional period (1974-1976) and in the constitutional period. Starting from a generic view, where the diplomatic relations established and re-established with Eastern Europe will be analyzed, this dissertation aims at understanding which orientations and options guided the relations with countries beyond the iron curtain, and in particular with the German Democratic Republic. The period defined for the theme, the time frame between 1974-1979, is the period that follows the actions/definitions proposed by the pre-constitutional provisional governments and by the constitutional governments for Portugal's foreign policy and the replacement of the first Portuguese ambassador to the GDR. The research will examine how these relations materialized through the analysis of the documentation sent by the Portuguese Embassy in East Berlin and the study of the agreements signed and the commercial exchanges developed between the two countries.

Key-words: Portugal, GDR, Diplomatic relations

Introdução

Esta dissertação tem como objeto de estudo as relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã, e o seu enquadramento no período pré-constitucional (1974-1976), e no período constitucional até 1979. Serão alvo de análise a forma como se estabeleceram as relações diplomáticas, a sua evolução e a forma como estas se materializaram, durante o período em questão.

A motivação científica desta investigação está associada ao estudo do aprofundamento do estudo da política externa portuguesa no pós-25 de abril, em particular com as relações desenvolvidas com o Leste europeu, durante o período pré-constitucional e os primeiros anos do período constitucional, quando a integração europeia passa a ocupar um lugar de destaque na política externa portuguesa, com a submissão do pedido de adesão à CEE, em março de 1977. À motivação científica associou-se uma motivação pessoal, por ter familiares emigrados na Alemanha, fixados naquele país no ano a seguir à reunificação alemã. Os relatos destes familiares acerca dos contactos com alemães oriundos do Leste suscitaram algum interesse, pela nostalgia da vida na antiga RDA, bem como as dificuldades de integração na Alemanha reunificada, e por consequência numa sociedade estruturalmente diferente daquela que haviam nascido e crescido.

O objeto desta investigação, as relações diplomáticas entre Portugal e a RDA, levaria à formulação de um conjunto de questões que se julgam pertinentes. Algumas questões podem ser levantadas, relativamente à extensão destas relações: (i) qual a relevância destas relações no conjunto das relações com o leste europeu; (ii) de que forma as relações se revelavam importantes em matéria económica e qual a sua extensão; (iii) existia e que dimensões teria relevância política nestas relações; (iv) atendendo ao reconhecimento internacional que na década de 1970, era recente da RDA, qual a orientação da sua política externa extra-europeia e por que razão seria pertinente, da parte de Portugal, acompanhar a mesma.

Esta investigação incidirá, num primeiro momento, na análise da nova política externa portuguesa, resultante da mudança de regime a 25 de Abril de 1974,

designadamente a abertura ao Leste europeu, ou seja, aquilo que até 1989-1991 seria designado como bloco socialista, e compreender a amplitude desta mesma abertura. A par da análise da política externa portuguesa com o Leste europeu, seria de toda a pertinência incluir um estado da questão sobre a situação das duas Alemanhas, a RDA e a RFA, bem como a questão de Berlim, que irá marcar de forma indelével as relações entre os estados alemães.

Partindo de uma análise de carácter geral, esta investigação irá incidir no estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a RDA, reportando o que a representação diplomática portuguesa em Berlim Oriental enviava ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neste âmbito, destaque-se: (i) o acompanhamento da questão alemã que apesar da inexistente expectativa de reunificação do país, seria alvo de análise recorrente na documentação expedida de Berlim Oriental para Lisboa; (ii) o acompanhamento da política externa leste-alemã, com o Terceiro-Mundo, com destaque para as relações com os novos países africanos de língua oficial portuguesa, e os receios que daí advinham para o que se entendia serem os interesses portugueses; e, por fim, (iii) a materialização dos acordos bilaterais entre Portugal e a RDA, designadamente em matéria comercial, tentando compreender a sua extensão, e se estas trocas se assumiam como relevantes e se as economias dos dois países, ainda que diferentes, se se complementavam de alguma forma significativo.

A imprevisibilidade da informação, com que me iria confrontar uma vez feito o seu levantamento no Arquivo Histórico-Diplomático do MNE iria ditar a construção das questões de partida enunciadas, e, de igual forma, a estrutura desta dissertação, assumindo um lugar de destaque as três questões centrais enunciadas no parágrafo anterior.

As balizas temporais desta investigação são, 1974, o ano de profundas alterações no quadro político português, com especial incidência na política externa (e abertura ao leste europeu), e, 1979 por se tratar do ano em que é substituído o primeiro embaixador português em Berlim Oriental, e por ocorrer, já depois dessa substituição, a primeira visita oficial de uma autoridade portuguesa, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulo Ennes. Apenas em março de 1990, já depois da queda do Muro de

Berlim, mas antes da reunificação alemã se voltaria a deslocar uma autoridade portuguesa à RDA, nomeadamente o ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro.

O *corpus documental* em que esta investigação se alicerçou é composto na sua grande maioria por documentação do acervo do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nele se incluem documentos de diversas tipologias, que após analisados, revelaram-se o veio da informação estruturante. Esta documentação inclui telegramas, ofícios, apontamentos e informações de serviço, correspondência protocolar, recortes de imprensa e, por fim, os acordos de cooperação assinados entre Portugal e a RDA.

Para a análise do comércio entre os dois países, foi utilizada a documentação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, no sítio da *internet* do referido instituto, que permitiu a análise da balança comercial entre Portugal e a RDA e do seu peso no conjunto do comércio com os países de economia planificada.

Por fim, para a compreensão da orientação e evolução da política externa portuguesa, recorreu-se aos Programas de Governo, dos seis Provisórios e dos primeiros quatro constitucionais, que se revelaram fundamentais para compor o desenvolvimento do capítulo inicial desta dissertação.

Do ponto de vista metodológico, a produção científica decorrente desta investigação seria alvo de métodos de análise distintos, atendendo à sua natureza. Os dados recolhidos no acervo do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros foram analisados segundo o método de análise documental. A documentação recolhida no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi redigida por profissionais da carreira diplomática, com uma produção de escrita assinalável, revelando-se fontes de informação com bastante substância e de fácil perceção. Para além da qualidade de redação desta documentação, atendendo ao facto de ela ter sido produzida no âmbito da atividade corrente, ou seja, sem o propósito de ser alvo de futura investigação, ela permitiu conferir a evolução das relações entre os dois países, bem como a análise das incidências à luz do momento. Por sua vez, os

dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, trabalhados pelo método de análise estatística.

Estado da Questão

Para o estudo das relações entre Portugal e o Leste europeu duas obras de José Medeiros Ferreira revelaram-se importantes, sendo a primeira *Cinco Regimes na Política Internacional* e a segunda o IV volume de *Portugal: Os próximos 20 anos*. A primeira obra, de 2006, de carácter genérico, resume as opções da política externa nacional durante a história contemporânea portuguesa, quanto à segunda, tem maior incidência e pormenor relativamente às opções em matéria de política externa durante o período pré-constitucional e constitucional.

A obra *Cinco Regimes na Política Internacional*, apesar de genérica, oferece ao investigador diferentes referências de fontes de informação. No capítulo 9 desta obra, quando o autor remete para a apresentação das linhas orientadoras para a nova política externa portuguesa, aquando da XXIX sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1974, e refere a existência de dissensões em matéria de política externa, norteadas pela evolução da situação interna portuguesa, oferece um panorama, ainda que sintético, do período pré-constitucional nesta matéria (Ferreira, 2006, p.143). No capítulo anterior é feita uma chamada de atenção para o papel de outros Estados na fase mais radical da Revolução portuguesa, fazendo menção a Cuba e à RDA (Ferreira, p.142, 2006). Esta menção de Medeiros Ferreira à RDA é desenvolvida num artigo publicado na revista de *Relações Internacionais*, com o título *Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»*, cujo autor é Tilo Wagner, igualmente publicado em 2006.

A segunda obra mostra de forma clara a evolução da política externa portuguesa durante a vigência dos governos provisórios, destacando o papel de Mário Soares e Melo Antunes a frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Medeiros Ferreira enfatiza a diferença entre a visão “realista” de Soares e a visão “terceiro-mundista” de Melo Antunes (Ferreira, p.54, 1988). Para perceber as diferentes visões destes dois atores

políticos, consultaram-se trabalhos biográficos, materializados em entrevistas, de Manuela Cruzeiro, sobre Melo Antunes, *O Sonhador Pragmático*, e a entrevista realizada por Maria João Avillez a Mário Soares, *Soares Ditadura e Revolução*. Na entrevista de Manuela Cruzeiro, Melo Antunes reforça a responsabilidade portuguesa em relação aos países em desenvolvimento (Cruzeiro, p. 267 e 268, 2004). Para além da análise da evolução da política externa portuguesa no período pré-constitucional, a segunda obra de Medeiros Ferreira coloca em perspetiva a ação governativa constitucional neste campo.

Os Programas de Governo, tanto dos governos provisórios como dos governos constitucionais, demonstraram as orientações em matéria de política externa e a sua visão das relações com o leste europeu. Os mesmos foram mencionados, juntamente com o desenvolvimento e a ação da diplomacia portuguesa, pela obra de Fernando Castro Brandão, *História Diplomática de Portugal – Uma cronologia*.

Analisando as relações com a RDA em particular, torna-se importante voltar a referir a menção de Medeiros Ferreira na obra *Cinco Regimes na Política Internacional*, que se revela algo desenvolvida no artigo já anteriormente referido *Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»*. O artigo destaca o interesse da RDA nas ocorrências da política externa portuguesa durante o período pré-constitucional, e o “travão” colocado pela URSS na ingerência leste-alemã nos assuntos internos portugueses, com vista a não perturbar a realização da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, de 1975 (Wagner, p. 83, 2006). Este artigo seria também uma “porta entreaberta” para o processo de acesso a fontes de informação.

Relativamente à evolução da questão alemã, as obras utilizadas foram a *As Relações Internacionais desde 1945* de Maurice Vaisse, *Introdução às Relações Internacionais* de Jacques Huntzinger, o vol.III da *História do Século XX* de Bernard Droz e Anthony Rowley e por fim, a obra *Two Germanies, 1945-1990 Problems of Interpretation*, de Mary Fulbrook. As referidas obras colocam em contexto a evolução das relações inter-alemãs, a questão de Berlim, e a importância da *Ostpolitik*, levada a cabo por Willy Brandt e as suas consequências, entre as quais do reconhecimento pela RFA da RDA como Estado, e a posterior entrada desta na ONU.

1. Portugal e o Leste Europeu

1.1. O 25 de Abril e o novo regime

O desenvolvimento da política externa portuguesa no último quartel do século XX está de forma indubitável associado ao 25 de Abril de 1974 e aos atores políticos e militares que desempenharam funções governativas, no período pré-constitucional e no período constitucional. Este capítulo versará as opções e orientações da política externa portuguesa, tendo como principal objeto o desenvolvimento de relações com os estados do Leste europeu.

A política externa portuguesa imediatamente anterior ao 25 de abril de 1974 orbitava na defesa de um império colonial a braços com a emergência da luta armada em três das suas colónias, o que, na ótica de Medeiros Ferreira¹, consumia todos os esforços diplomáticos e militares portugueses, bem como uma parcela considerável da fazenda do Estado (Ferreira, 2006, p.122). Apesar da pretensa vaga reformista do período marcelista, tanto constitucionalmente como na aparência de uma nova política ultramarina, a continuidade e o empenho no conflito colonial fez germinar a ideia de que o término do isolacionismo e das campanhas militares em África estariam intrinsecamente ligadas a uma mudança de regime a ser operada em Lisboa (Ferreira, 2006, p.115).

Operada a mudança de regime, a busca pelo reconhecimento internacional tornou-se urgente, tanto para a consolidação interna do mesmo, bem como para a preparação de um novo enquadramento internacional, nas grandes organizações, e na geopolítica fortemente marcada pela dicotomia da Guerra Fria. O reconhecimento da Junta de Salvação Nacional e do novo regime ficou encarregue aos quadros Ministério dos Negócios Estrangeiros provindos do regime anterior, sendo utilizadas as vias tradicionais, expedindo-se desta forma telegramas para as missões portuguesas, com

¹ José Manuel de Medeiros Ferreira (1942-2014) foi professor universitário e ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional

informações relativas aos acontecimentos e constituição da Junta e também com instruções específicas de divulgação junto dos governos dos países onde aqueles exerciam representação diplomática.

De forma sumária, é lícito concluir desde já que a política externa portuguesa durante o período pré-constitucional, conheceria o seu ritmo conforme a evolução da política interna, contribuindo também para a sua evolução em termos de orientação o desempenho do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros por Mário Soares e Melo Antunes, como será explicado. É importante referir uma vez mais que os primeiros passos da nova política externa portuguesa, apoiaram-se no quadro de diplomatas que provinha do regime anterior, tornando-se depois alínea de programa de Governo, a urgência imperiosa da criação e inclusão novos quadros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com vista à sua ampliação e à melhoria das suas práticas para, no fundo, também prover de efetivos qualificados as novas missões diplomáticas (Menezes, 2015, p. 171).

1.1.1. A nova política externa

O pragmatismo do programa do Movimento das Forças Armadas não traduziu de uma forma clara as novas opções da política externa, ressaltando a continuidade e o respeito pelos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, ao contrário dos programas dos partidos políticos existentes à data do 25 de Abril e que se constituíram logo de seguida (Ferreira, 1988, p.50). Dentro do grupo dos partidos que seriam a base da primeira assembleia constituinte em 1975, todos apresentavam um conjunto definido de ideias, sendo que o Programa do Partido Socialista apresentava um plano mais detalhado para as futuras relações externas portuguesas (Programa PS, 1974, p.62-64), tendo em comum, como os Programas do PPD e do CDS, a integração europeia, abertura ao leste europeu e cooperação com o Terceiro Mundo. Quanto ao Partido Comunista, iria inserir neste capítulo uma visão diferenciada, sem fazer menção à integração europeia, e destacando as relações com os países socialistas (Nota do Comité Central, 1975).

A evolução das orientações da política externa portuguesa neste período iria estar intimamente ligada aos atores e personalidades políticas que desempenhariam funções nos sucessivos governos provisórios, com três vetores/correntes em confronto (Ferreira, 1988, p.52), sendo a linha euro-atlântica e pró-ocidental, veiculada por Mário Soares quando assume a pasta no Ministério dos Negócios Estrangeiros durante os I, II, e III Governos Provisório; a linha de aposta nas relações privilegiadas com o Terceiro Mundo, por Melo Antunes² e por fim uma linha «pró-comunista», por pressão Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves³, quando chefia os II, III, IV e V Governo Provisório.

A visão de Mário Soares e Melo Antunes iriam marcar as tendências e orientações da nova política externa, que apenas convergiam, nas palavras de José Medeiros Ferreira, na rejeição da estratégia soviética (Ferreira, 1988, p.54).

1.1.2. I Governo Provisório

Mário Soares⁴ assumiu formalmente, a 15 de maio de 1974, o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, porém, ainda nos primeiros dias da Revolução, quando existia a preocupação latente por parte da Junta de Salvação Nacional em procurar reconhecimento internacional, haveria de ser mandatado por Spínola a fim de levar a cabo um circuito de reconhecimento em diversas capitais europeias (Ferreira, 1990, p.49). Ainda não sendo versado em diplomacia, Soares, manteve todo o quadro de diplomatas provindos do regime anterior, para apoiar o seu desempenho ministerial.

² Ernesto Melo Antunes (1933-1999) foi militar do Exército Português e ministro sem pasta no II Governo Provisório e ministro dos Negócios Estrangeiros nos IV e VI Governos Provisórios

³ Vasco dos Santos Gonçalves (1921-2005) foi militar do Exército Português e Primeiro-ministro dos II, III, IV e V Governos Provisórios

⁴ Mário Alberto Nobre Lopes Soares (1924-2017) foi um advogado e político português, que ocupou os cargos de ministro dos Negócios Estrangeiros, Primeiro-ministro e de Presidente da República (1986-1996).

São dignos de realce dois momentos no desempenho do cargo por parte de Soares: a apresentação em conferência de imprensa das novas orientações da *Nova Política Externa Portuguesa*, em 13 de setembro de 1974, e o discurso pronunciado na 29.^a sessão da Assembleia Geral da ONU, em 23 de setembro de 1974, já durante o II Governo Provisório. No primeiro momento, imprime-se uma viragem da política externa portuguesa dando a preponderância à resolução da questão colonial, questão premente no quadro da relocalização portuguesa na geografia política e espacial, como o reenquadramento do país em diversos organismos internacionais, onde Portugal fora sendo votado ao isolamento por força da continuidade da política e do conflito colonial. Nas palavras de Soares, “Outro dos aspectos interessantes da nossa política é a abertura que fizemos em relação a Leste” (Soares, 1974, p.20), visando o estabelecimento e restabelecimento de relações diplomáticas com o bloco das democracias populares, perfilando também nesse conjunto países com quem Portugal havia cortado relações diplomáticas, no pós-Segunda Guerra Mundial, como por exemplo a Roménia, e com a Checoslováquia, cuja rutura se havia dado em 1977, e com a Rússia, em 1917, em virtude da revolução de Outubro. A amplitude desta abertura fica bem patente, quando Soares remata, relativamente ao Leste que “Acordos do mesmo tipo vão ser, naturalmente negociados com a União Soviética e a República Democrática Alemã e com todos os países os outros países do bloco socialista sem exceção” (Soares, 1974, p.21). Soares faz menção nesta mesma conferência ao trabalho desenvolvido por um Ministério dos Negócios Estrangeiros muito pouco habituado às andanças diplomáticas, e com um corpo diplomático reduzido e que respondeu as necessidades do momento, referindo-se ao mesmo como “um corpo altamente especializado, com grande sentido do que é o dever nacional, com grande espírito de colaboração, mas dispondo de muito poucos meios – porque o Ministério estava efetivamente reduzido a muito pouco” (Soares, 1974, p.22 e 23). Anos mais tarde, em entrevista, Soares como Presidente da República, admitiria o seu desconhecimento da carreira diplomática, apoiando-se decisivamente em colaboradores experientes (Avillez, 1995, p.339).

O discurso de Soares na 29.^a sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi no fundo, a comunicação das novas orientações portuguesas à Comunidade

Internacional, sendo reiterado o papel do país na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a manutenção das ligações com o Brasil, das ligações com o Reino Unido, Estados Unidos da América e Espanha, o empenho na Organização das Nações Unidas e a abertura de novos canais que permitissem iniciar uma nova política externa para o Terceiro Mundo (Ferreira, 2006, p.143).

Ambos os momentos respondem às orientações constantes as alíneas do Programa do I Governo Provisório, sem existir, contudo, uma referência específica às democracias populares, apesar de Soares apresentar na comunicação de 13 de setembro de 1974 os avanços levados a cabo para a realização de acordos e estabelecimentos de relações com esse conjunto específico de países.

Findos os dois primeiros governos provisórios, o III Governo toma posse em 30 de setembro de 1974, terminando a sua vigência a 26 de março de 1975. Seria a última vez que Soares iria desempenhar o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros no período pré-constitucional. No programa do III Governo Provisório iria surgir pela primeira vez, ainda que timidamente, no capítulo referente às Política de Relações Económicas Externas, a vontade de encetar acordos de natureza comercial, técnica e de cooperação com países de *economia planificada*, numa menção clara aos países do bloco socialista.

Durante os I, II e III Governo Provisório, Portugal iria estabelecer e/ou reatar, por ordem cronológica, relações diplomáticas com a Roménia (3 de junho de 1974), a URSS (9 de junho de 1974), a Jugoslávia (11 de junho de 1974), República Democrática Alemã (20 de junho de 1974), Checoslováquia (27 de junho de 1974), Hungria (1 de julho de 1974) e Polónia (11 de julho) (Brandão, 2002, pp. 375-377). Ainda no mesmo período foram negociados acordos com alguns destes países do bloco de Leste, sendo formalizado a 11 de dezembro um acordo com a URSS sobre transportes aéreos e ainda nesse mesmo mês, um acordo de comércio. O ministro Mário Soares irá iniciar um périplo por vários países a 5 de janeiro de 1975, entre os quais a URSS e a Jugoslávia, a 6 de janeiro é assinado um acordo cultural com a Roménia, a 23 um acordo sobre trocas comerciais e o desenvolvimento da cooperação económica, industrial e técnica com a Hungria, e a 25 e um acordo comercial com a República Democrática Alemã. A 11 de

fevereiro é assinado um acordo comercial com a Bulgária; a 1 de março é assinado um acordo comercial com a Checoslováquia, e, ainda antes do término do III Governo Provisório, a 15 de março, um acordo de cooperação no domínio do turismo com a Roménia (Brandão, 2002, p. 375-377).

1.1.3. IV Governo Provisório

No dia 26 de março de 1975, toma posse o novo Governo Provisório, assumindo o Major Melo Antunes o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. O novo ministro iria diferir do seu antecessor, contrapondo ao “realismo político” da orientação de Soares uma nova tendência com uma nova tendência pautada pela maior abertura ao Terceiro Mundo (Ferreira, 1988, p.54). Esta visão para a política externa ficaria patente nas palavras do próprio Melo Antunes, em entrevista a Maria Manuela Cruzeiro, ao defender que, para além opção europeia, Portugal deveria assumir “responsabilidades acrescidas nas relações com os países subdesenvolvidos” (Cruzeiro, 2004, pp. 267 e 268), por dois motivos: o facto de ser à época a última potência descolonizadora e também pela vocação portuguesa de se relacionar com outros povos (Cruzeiro, 2004, p.268).

Esta nova tendência da política externa seria enunciada no *Documento dos Nove*, que iria justificar a nova orientação onde se destaca a abertura a todos os países do Mundo, ressaltando-se sempre a questão da não ingerência nos assuntos internos de cada país, baseando as relações na igualdade e respeito mútuo, a abertura ainda mais expansiva com os países do Terceiro Mundo e Países Árabes, a manutenção das relações com os projetos de integração europeia (CEE e EFTA) e o aprofundamento das relações diplomáticas com os países do Leste Europeu (Ferreira, 1988, p.54). Estas opções seriam pouco depois formalizadas no Programa de Governo do efémero V Governo Provisório, em que assumiria a pasta dos Negócios Estrangeiros Mário Ruivo. O V Governo Provisório de curta duração, seria sucedido pelo último Governo Provisório, no qual a pasta dos Negócios Estrangeiros regressaria Melo Antunes.

O VI Governo Provisório iniciaria funções a 19 de setembro de 1975 até 23 de julho de 1976, e plasmou no seu Programa de Governo as mesmas considerações relativamente à política externa.

Relativamente ao Leste europeu, durante a vigência dos IV, V e VI Governo Provisórios salienta-se a 14 de maio, o acordo com a Polónia para o desenvolvimento de trocas comerciais, navegação e a cooperação económica, industrial e técnica, a 22 de maio o acordo com a Jugoslávia para a abolição recíproca de vistos em passaportes, a visita do Presidente Costa Gomes e negociação de acordo de cooperação económica e técnica e de um tratado de cooperação e amizade com a Roménia nos dias 13 e 14 de março, a 26 de setembro, visita de Estado à Polónia e elaboração de acordo cultural e científico com o mesmo país; a 27 de setembro visita de Estado à URSS, a 30 de setembro acordo cultural e científico com a Polónia. Em outubro, no dia 3, é assinado um acordo de cooperação económica, industrial e tecnológica com a Bulgária; no mesmo dia Convénio de cooperação cultural e científica com a URSS e, a 23, acordo de cooperação económica e técnica com a URSS. Em simultâneo, o Presidente Costa Gomes visita a Jugoslávia onde é assinado um acordo cultural. A 28 de março o Presidente Ceausescu da Roménia, visita a Portugal e assina um acordo de abolição recíproca de vistos em passaportes.

Já em 1976, no dia 14 de janeiro, é assinado um acordo técnico e científico com a Hungria; a 15 de março, Melo Antunes irá visitar a Polónia e em 6 de maio visitará igualmente a Bulgária onde serão assinados dois acordos com vista a abolição recíproca de vistos em passaportes e outro de cooperação científica e cultural. Por fim, Melo Antunes desloca-se a URSS a 4 de junho; no dia 12 de junho é assinado um acordo cultural com a Checoslováquia e um acordo de cooperação económica, científica e técnica com a República Democrática Alemã no dia 29, no mesmo mês (Brandão, 2002, p. 377 - 383).

Será esta a listagem oficial das relações com os países do Leste europeu, durante a segunda metade do período pré-constitucional.

1.2. A constituição de 1976 e o I e II Governos Constitucionais

1.2.1. O advento do período Constitucional

O texto da Constituição aprovada em 1976, prevê no artigo n. 97, denominado *Relações Internacionais*, as bases que iriam nortear o desenvolvimento destas. A incidência no espaço lusófono merece destaque e a não ingerência nos assuntos internos dos estados bem como a defesa da “dissolução dos blocos político-militares” (Constituição, artigo n. 97, 1976).

A 23 de julho de 1976, toma posse o I Governo Constitucional, na sequência das eleições de legislativas de 25 de Abril, e das presidenciais de 27 de junho vencidas pelo General Ramalho Eanes⁵, sendo formado Governo pelo partido vencedor, o Partido Socialista. O Primeiro-Ministro seria Mário Soares e José Medeiros Ferreira iria assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. No Programa do I Governo Constitucional constavam os princípios para a política externa, norteadas pelo vetor da integração europeia, sem colocar de parte, contudo, o aprofundamento das relações com os países de leste, que seriam realçadas no documento.⁶ No entanto, ressalva-se, como já foi referido, o grau de importância oferecido à integração europeia, mais propriamente ao Conselho da Europa e ao pedido de adesão à CEE, e às relações com a África lusófona (Ferreira, 1988, p.56).

O II Governo Constitucional, que incorporou uma solução política peculiar (coligação PS-CDS), manteve os princípios para a política externa. No que toca às relações com o leste europeu, seriam particularizadas as relações com três países: a Roménia, a URSS e a Jugoslávia⁷.

Durante os dois primeiros governos constitucionais, merecem destaque, a partir de 1977, o acordo de cooperação científica e técnica com a Hungria, a 31 de março; a 7 de junho; a visita de uma delegação do Soviète Supremo a Portugal, que seria recebida pelo Presidente Ramalho Eanes e a 21 do mesmo mês, o estabelecimento de relações

⁵ António Ramalho Eanes (1935-) foi militar do Exército português e foi Presidente da República entre 1976 e 1986

⁶ Programa I Governo Constitucional

⁷ Programa II Governo Constitucional

diplomáticas com a Albânia; a visita do Presidente da Jugoslávia, Marechal Tito, no dia 17 de outubro, e por fim, a 29 de Novembro a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros da Bulgária (Brandão, 2002, p.383-388).

Em comparação com a atividade externa do período pré-constitucional, a atividade no I e II Governo Constitucional foi bastante reduzida, em relação ao bloco de leste, o que traduz a priorização que foi emprestada ao tema europeu. É digno de nota que Soares assume interinamente o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros após a exoneração de José Medeiros Ferreira, a 10 de outubro de 1977, e até ao término da vigência do I Governo Constitucional. No II Governo Constitucional, ficaria a frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Victor Sá Machado, do CDS.

1.2.2. Governos de Iniciativa Presidencial

A instabilidade governativa, e a imposição constitucional do mandato de quatro anos da Assembleia da República até à marcação de novas eleições, levaram à nomeação de três governos constitucionais de iniciativa presidencial. O Programa do III Governo Constitucional iria imprimir destaque às relações com o leste europeu, reforçando a ideia de que os mercados do bloco socialista ainda não haviam sido compreendidos, sublinhando o “papel do apoio, encaminhamento e conselho das representações diplomáticas uma importância, muito especial”⁸, reforçando a franca abertura ao leste europeu, como um aspeto positivo e relevante no quadro diplomático português. O III Governo Constitucional, chefiado por Alfredo Nobre da Costa, e que teria como Ministro dos Negócios Estrangeiros Carlos Corrêa Gago, teria uma vigência curta (29 de agosto - 22 de novembro de 1978), sendo substituído no governo dirigido por Carlos Mota Pinto, o IV Governo Constitucional.

O governo de Carlos Mota Pinto enunciaria no seu Programa, ainda que com menos relevo que o anterior, a continuidade do esforço de aproximação ao Leste, através de acordos, “procurando designadamente incrementar as relações comerciais, e estreitar laços culturais com aqueles países dentro do rigoroso respeito pelos

⁸ Programa III Governo Constitucional

princípios da não ingerência”⁹. Por fim, o último Governo Constitucional de iniciativa presidencial foi chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo. Igualmente de curta duração, iria prever para a política externa a continuidade e aprofundamento das relações com o Leste europeu.

1.2.3. 1979-1990 – A integração europeia

As eleições legislativas de 1979 dariam origem a um governo resultante de uma coligação entre PSD, CDS e PPM (AD)¹⁰, e que teria como chefe de Governo Francisco Sá Carneiro¹¹, iniciando funções a 3 de janeiro de 1980. Na política externa, o programa do VI Governo Constitucional apresentaria como prioridades a adesão as Comunidades, a lealdade à OTAN e as relações com a África lusófona¹². Nas palavras de Medeiros Ferreira, o programa reafirmava as “solidariedades ocidentais do nosso país” (Ferreira, 1988, p.58). Apesar da não existência de referências ao leste, segundo o mesmo autor, havia ficado assente no programa o empenho na manutenção de relações bilaterais “na prossecução de uma política externa aberta e universal”¹³.

Os governos que se seguiriam, chefiados por Francisco Pinto Balsemão, iriam continuar na mesma linha programática, mostrando-se, contudo, mais pragmáticos do que doutrinários, em matéria de política externa (Ferreira, 1988, p.58).

O IX Governo Constitucional iniciaria sua vigência a 9 de junho de 1983, e marcaria o regresso de Mário Soares às funções de Primeiro-Ministro. Este governo seria resultado de uma coligação pós-eleitoral entre o PS e PSD. O Ministério dos Negócios Estrangeiros seria entregue ao socialista Jaime Gama. O objetivo principal do Governo era a finalização do processo de adesão à CEE, sendo assinado o Tratado de Adesão em 12 de junho de 1985 (Ferreira, 1988, p.58). A dissolução da coligação pós-eleitoral iria provocar a queda do governo, abrindo-se então caminho aos X, XI e XII Governos Constitucionais, que seriam chefiados por Aníbal Cavaco Silva. A vigência do X Governo

⁹ Programa IV Governo Constitucional

¹⁰ Coligação de centro-direita composta pelo PSD, CDS e PPM

¹¹ Francisco Sá Carneiro (1934-1980) foi advogado e Primeiro-Ministro do VI Governo Constitucional

¹² Programa VI Governo Constitucional

¹³ Programa VI Governo Constitucional

Constitucional iniciar-se-ia a 6 de outubro de 1985, e seria o primeiro de três governos chefiados por Cavaco Silva. O período seria marcado pela adesão à CEE, e pelo reforço do papel de Portugal tanto na Europa como no espaço euro-atlântico (Ferreira, 1988, p.59). Seriam ministros dos Negócios Estrangeiros durante o X Governo Constitucional, Pedro Pires de Miranda, e no XI Governo Constitucional, João de Deus Pinheiro.

As relações com o Leste europeu, desde a vigência do último governo de iniciativa presidencial, até às convulsões de 1989-1991, foram sendo menores, contrastando de forma significativa com o período intervalado entre os anos de 1974 e 1979, merecendo realce, a 19 de março, a visita do Presidente Ramalho Eanes à Bulgária, Roménia e Hungria, e, mais tarde, a 25 de junho, à Jugoslávia. A 15 de outubro, Portugal irá receber a visita oficial do ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria.

No ano seguinte, a 20 de agosto, serão alvo de expulsão quatro elementos da Embaixada da União Soviética por acusação de interferência nos assuntos internos portugueses. No dia 26 de fevereiro de 1982, é emitida uma nota do Ministérios dos Negócios Estrangeiros a solicitar redução do pessoal diplomático da URSS, Polónia e RDA; a 31 de março, Presidente Kraigher da Jugoslávia visita Portugal, a 29 de abril de 1982, Embaixador da Checoslováquia considerado *Persona non Grata*, com resposta imediata de Praga a 3 de maio. No dia 27 de setembro de 1982, realiza-se a visita de estado do Presidente Losonezi da Hungria e a 12 de fevereiro de 1984, Mário Soares, na qualidade de Primeiro-ministro, participa nas exéquias fúnebres de Yuri Andropov, Presidente da URSS. A 2 de Abril de 1985, Oskar Fischer, ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA visita Portugal, e a 15 de abril, visita do ministro Negócios Estrangeiros Jaime Gama à Hungria e assina um acordo de cooperação económica e técnica e a 29 de maio de 1985, o Presidente Ramalho Eanes visita a Jugoslávia. A 23 novembro de 1987, Presidente Soares visita a URSS; a 25 de março de 1988, o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS faz escala em Lisboa, avistando-se com o Presidente Mário Soares e membros do Governo. Por fim, a 25 de outubro de 1988, o ministro dos Negócios Estrangeiros João de Deus Pinheiro visita RDA onde assina um acordo comercial; a 27 setembro de 1989, Presidente Soares visita a Hungria, a 29 de fevereiro de 1990, o ministro João de Deus Pinheiro inicia visitas às capitais da Europa de Leste,

percorrendo Berlim, Bucareste, Varsóvia, Moscovo, Sófia, Belgrado, Budapeste e Praga e a 7 de março avista-se com Hans Modrow, Primeiro-Ministro da RDA (Brandão, 2002, p.390-418).

2. A Questão Alemã

2.1. O Status Quo alemão

É de vital importância, para o estudo das relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã a estudar a evolução política da Europa Centro-Oriental.

A arquitetura surgida no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo como epicentro a Alemanha ocupada, iria evoluir conforme a disposição dos blocos para o endurecimento ou desanuviamento das relações, bem como ações em determinadas áreas do globo, por ações levadas a cabo por interpostos países filiados às esferas de influência então surgidas após o término da Segunda Guerra Mundial.

O *status quo* que passaria a vigorar na Europa Central a partir 1949, fruto do bloqueio de Berlim, levaria a formação de duas entidades no território alemão ocupado, que iriam constituir o principal palco da Guerra Fria. A constituição da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã iria materializar o confronto ideológico que marcaria a segunda metade do século XX, com o acrescento dramático da questão de Berlim. A antiga capital também havia sido ocupada e dividida em setores de ocupação, resultando, após a constituição dos dois estados, da criação do enclave de Berlim Ocidental, ainda que com estatuto especial. A porta para o Oeste que Berlim Ocidental representava iria ser fechada, com a edificação do Muro, em agosto de 1961.

Os estados alemães, nas palavras de Fulbrook, conheceram respetivamente fases de condução políticas distintas, conservando sempre as diferenças do campo ideológico em que se encontravam inseridas. No caso da República Federal da Alemanha, distinguem-se três fases distintas na sua governação, com o período conservador de Adenauer¹⁴, entre 1949 e 1963; a fase da coligação entre sociais-

¹⁴ Konrad Hermann Joseph Adenauer (1876 – 1967) foi um advogado e ocupou o cargo de chanceler da RFA entre 1949 e 1963

democratas e liberais tendo como chanceleres Willy Brandt¹⁵ e Helmut Schmidt¹⁶, entre 1969 e 1982 e, por fim, o retorno à governação conservadora, através Helmut Kohl¹⁷, entre 1982-1990. A República Democrática Alemã, que iria constituir-se um Estado de matriz soviética, conheceria também, nas palavras da autora, três fases distintas, contudo com periodizações diferentes: período de Walter Ulbricht¹⁸, entre 1949-1971; sendo substituído por Erich Honecker¹⁹, entre 1971 e 1989; e, por fim, o curto período entre 1989-1990, em que colapsa o regime e configura-se a unificação com a República Federal da Alemanha (Fulbrook, p.10-11, 1992).

As relações entre a RFA e a RDA, bem como as plataformas de entendimento entre estes dois atores, ficariam ligadas ao barómetro do conflito leste-oeste. Para tal, foi compreendido pelas autoridades da RFA que, para desenvolver uma política externa profícua a leste, o primeiro passo seria entabular conversações com Moscovo. A abertura a leste por parte da RFA começaria no governo de coligação de Kiesinger²⁰, que já havia promovido o estabelecimento de relações diplomáticas com a Roménia e a Jugoslávia, em 1967, o que já simbolizava uma alteração para a política externa, e os primeiros passos do abandono da Doutrina Hallstein²¹ (Droz e Rowley, p.361, 1987, 1991).

A vitória da coligação SPD-FDP nas eleições de setembro de 1969, iria permitir a prossecução e aprofundamento das relações a leste, ocupando agora o cargo de chanceler Willy Brandt, que já havia sido ministro dos Negócios Estrangeiros do anterior

¹⁵ Willy Brandt (1913 – 1992) foi um jornalista e político que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1966 e 1969 e o cargo de chanceler da RFA entre 1969 e 1974

¹⁶ Helmut Heinrich Waldemar Schmidt (1918 – 2015) foi um político que ocupou o cargo de ministro da Defesa, da Economia, das Finanças e dos Negócios Estrangeiros. Ocuparia o cargo de chanceler da RFA entre 1974 e 1982

¹⁷ Helmut Josef Michael Kohl (1930 – 2017) foi um político que ocupou o cargo de chanceler da RFA entre 1982 e 1998

¹⁸ Walter Ulbricht (1893 – 1973). foi um político que ocupou o cargo de presidente do Conselho de Estado da RDA entre 1960 e 1973

¹⁹ Erich Honecker (1912 – 1994). foi um político que ocupou o cargo de Presidente do Conselho de Estado da RDA entre 1976 e 1989

²⁰ Kurt Georg Kiesinger (1904 – 1988). Foi um político que ocupou o cargo de Chanceler da RFA entre 1966 e 1969

²¹ Doutrina em advocava o corte de relações com os países que reconhecessem formalmente a RDA como estado independente

governo. Reafirmando a importância do entendimento com Moscou para se proceder à normalização das relações com o Leste, o Secretário de Estado para a Chancelaria, Egon Bahr²², vai em missão à capital da União Soviética (Droz e Rowley, p.361,1991). Nas palavras de Droz e Rowley, a RFA teria como principais objetivos “o reconhecimento das fronteiras saídas da Segunda Guerra Mundial e da RDA como segundo estado alemão, mas também a intenção de se colocar ao serviço de uma humanização das relações internacionais e da sorte de Berlim”.

A questão das fronteiras desenhadas no final da Segunda Guerra Mundial e a questão de Berlim seriam a base da *Ostpolitik*²³ e o desenvolvimento e sucesso da mesma iria enquadrar-se no clima de *Desanuviamento*. A evolução e o desenvolvimento desta nova política externa ganharam forma com tratados e acordos, que simbolizaram uma evolução assinalável no campo diplomático.

O encontro entre Willy Brandt e o seu homólogo Willi Stoph²⁴ em maio de 1970 seria o prelúdio de um futuro entendimento entre a RFA e a RDA, sendo que os principais trabalhos diplomáticos foram desenvolvidos com a URSS, sendo assinado o Tratado de Moscovo, em agosto de 1970, que, em linhas gerais, afirmaria a paz e o desanuviamento, o reconhecimento das fronteiras europeias e os direitos das quatro potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial sobre Berlim (Vaisse, p.88, 1996). Iria ser decisivo para a normalização das relações com o Leste europeu, no campo do reconhecimento de fronteiras com a Polónia, através do reconhecimento da Linha Oder-Neisse, ainda que esta fronteira fosse partilhada com a RDA. Em dezembro de 1970 é assinado o tratado que estabelece a inviolabilidade desta demarcação (Vaisse, p.88, 1996).

²² Egon Karl-Heinz Bahr (1922 – 2015). foi um político que ocupou o cargo Secretário de Estado para a Chancelaria da RFA entre 1969 e 1972

²³ Doutrina de política externa levada a cabo por Willy Brandt enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros e chanceler da RFA. Tinha como principal objetivo normalizar as relações com os países do Leste europeu, incluindo com a RDA, apesar de não reconhecer o estado leste-alemão independente. Com a assinatura do Tratado Básico de 1972 são estabelecidas relações formais entre os dois Estados

²⁴ Willi Stoph (1914 – 1999) foi um político que ocupou o cargo Presidente do Conselho de Estado da RDA entre 1973 e 1976, e o cargo de presidente do Conselho de Ministros entre 1976 e 1989

Assinados dois tratados fundamentais para os objetivos preconizados pela *Ostpolitik*, ficaria por tratar Berlim e o enquadramento das relações inter-alemãs. Para o efeito, foi negociado um Acordo Quadripartido sobre Berlim, em setembro de 1971, que estabelece “a continuação dos direitos das quatro potências ocupantes e a criação de estatuto especial para a zona”, com a RFA a deixar de considerar o território como *Land*, e com a URSS a não colocar entraves na circulação de e para Berlim Ocidental (Vaisse, p.88 e 89, 1996). Este acordo quadripartido seria a plataforma que levaria ao entendimento inter-alemão, a 21 de dezembro de 1972, com a assinatura de um tratado fundamental. Huntzinger diria que o tratado fundamental assinado entre a RFA e a RDA era uma “ambiguidade criativa”, pois reconhecem-se como entidades territoriais, mas não como Estados (Huntzinger, p.249, XX), ao contrário de Droz e Rowley, que afirmam que o texto do tratado consagra o reconhecimento dos dois Estados (Droz e Rowley, p.362, 1991).

O Tratado Fundamental promovia o fim da posição da RFA em reivindicar como representante de todo o território alemão, e promove a RDA ao concerto das nações (Vaisse, p.90, 1996). A entrada da RFA e da RDA na ONU ocorre em setembro de 1973, com a última a ser reconhecida por parte de múltiplos países.

A *Ostpolitik* promoveria a consolidação das estruturas da RDA, como refere Vaisse, e encontraria oposição interna na RFA, por parte da CDU, atendendo ao da reivindicação da RFA ser a única representante de todo o território alemão (Droz e Rowley, p.362, 1987, 1991). A *Ostpolitik* seria prosseguida pelo sucessor de Willy Brandt, Helmut Schmidt, sendo bem-sucedida no que respeita ao “lado humano” da questão inter-alemã, sendo um contributo de monta para o desanuviamento e para abrir portas à conferência sobre segurança europeia, que se realiza em Helsínquia em 1975 (Droz e Rowley, p.362, 1991).

2.2. O caminho para a reunificação

Os processos de reforma interna da URSS teriam eco no leste europeu. A partir de 1989, foram-se sucedendo a queda dos regimes comunistas do leste europeu, sendo uma das causas principais a não intervenção de Moscovo, abandonando o modelo de ação repressiva aplicado nos anos 1956 e 1968, na Hungria e na Checoslováquia, respetivamente (Hobsbawm, p.474 e 475, 2011). No caso particular da RDA, a abertura de fronteira por parte da Hungria iria permitir que muitos alemães de Leste transpusessem as fronteiras e avançassem em direção ao Oeste, pela Áustria (Fulbrook, p. 77, 1992). O aumento da contestação interna sobe de tom, com um conjunto de manifestações que irão levar à substituição de Honecker, por Egon Krenz²⁵. Nas palavras de Fulbrook, as múltiplas concessões do regime iriam resultar nos acontecimentos de 9 de novembro de 1989, com a abertura do Muro, que iria desencadear uma torrente de movimento humano em direção ao Oeste (Fulbrook, p.77, 1992). Somou-se aos movimentos em direção ao Ocidente a notícia de escândalos associados a corrupção por parte de altos dirigentes alemães orientais, o que deu forma à ideia que a existência da RDA como Estado poderia deixar de ter fundamento e, até mesmo, viabilidade (Fulbrook, p.77,1992). Esta conjugação de fatores levaria ao surgimento de levantamentos populares clamando pela reunificação, o que leva o governo da RFA a levar a cabo movimentos tendentes a esse processo, ainda que conte posturas reticentes, de diversos países da CEE (Vaisse, p.187, 1996)

Os primeiros passos seriam dados por Helmut Kohl, apresentando um plano de 10 pontos. Este plano pretendia aproximar os dois Estados, num quadro de cooperação, deixando em aberto a criação de uma confederação (Fulbrook, p.84,1992). Contudo, a rápida deterioração da estrutura política da RDA, abriu caminho a uma rápida reunificação, sendo os partidários da mesma vencedores das primeiras eleições livres²⁶

²⁵ Egon Krenz (1937 -) foi um político que ocupou o cargo de presidente do Conselho de Estado da RDA em 1989

²⁶ A vitória nas eleições de março de 1990 seria da CDU, tornando-se Primeiro-Ministro Lothar de Maizière

em março de 1990 (Vaisse, p.187, 1996). Mary Fulbrook resumiria a situação da RDA, pós-novembro de 1989: “Continued loss of skilled labour, disruptions of production, collapse of local administration, acute social and psychological problems, amounted to a very grave crisis...”. Ao mesmo tempo, a URSS reconhece o estado do processo de reunificação, percebendo a sua inevitabilidade, contudo, com algumas condicionantes. A partir de 1 de julho de 1990 iniciar-se-ia a união monetária entre os dois estados e, no mesmo mês, Gorbatchev aceita a permanência da Alemanha unificada na NATO, e em 31 de agosto é assinado o tratado da união ente a RFA e a RDA. A 12 de Setembro é assinado o Tratado de Moscovo que irá regulamentar a questão alemã, e por fim, a 3 de outubro é concretizada a reunificação. (Vaisse, p.93, 1996).

3. Portugal e a RDA

O estabelecimento das relações diplomáticas com a RDA decorreria em harmonia com os objetivos que figuravam no Programa do I Governo Provisório para a política externa. Ainda que os objetivos do programa não vertessem numa aproximação específica aos países do leste europeu, a alínea i) do ponto 6 do programa assinala a expressão vontade de estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, em concordância com a alínea a) “respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre estados e da não ingerência nos assuntos internos de outros países” (Programa do I Governo Provisório, 1974).

Curiosamente a RDA havia reconhecido, antes do 25 de Abril a Guiné-Bissau, como país independente, ainda no ano de 1974, como seria relatado em telegrama da Missão Permanente de Portugal na ONU, de 24 de Abril de 1974, onde é referido a publicação de uma nota de imprensa onde a RDA e a Guiné-Bissau acertam troca de embaixadores, conforme os princípios consagrados na carta da ONU e na Convenção de Viena para as Relações Diplomáticas (Telegrama n.º 357, Missão Permanente na ONU, 24 de Abril de 1974). Contudo, o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau não seria considerado um entrave para o estabelecimento de relações entre Portugal e o Estado Leste Alemão

3.1. Conversações em Paris

A Embaixada Portuguesa em Paris funcionaria com local para a criação da plataforma de entendimento entre os dois países. Conforme telegrama expedido da Embaixada portuguesa em Paris, surge interesse em autoridades da RDA, nomeadamente o Secretário da Federação de Sindicatos da RDA, Werner Heilmann, em visitar Portugal, pedindo visto a esta Embaixada (Telegrama n.º 361, Embaixada em Paris, 29-05-1974). A 9 de junho, em telegrama endereçado ao Primeiro-Ministro Adelino Palma Carlos, o governo da RDA dá nota de que reconhece o I Governo Provisório e que haveria de

mandatar o embaixador da RDA em Paris, Ernst Scholtz, de acordar com o representante português o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países.

Em junho de 1974, é expedido da Embaixada de Paris um telegrama, em que é descrito sucintamente pelo embaixador português, que o Embaixador da RDA, Ernst Scholtz, tinha instrução do governo para propor o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países. Scholtz haveria de entregar igualmente um projeto de declaração conjunta, que havia sido mandatado para assinar a mesma declaração a qualquer altura, a partir da data de referência (Telegrama n.º 384, Embaixada em Paris, 10-06-1974). No dia 13 de junho de 1974, é expedido um telegrama de Berlim, da parte ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA, Otto Winzer²⁷, reafirmando as instruções remetidas pelo governo da RDA ao embaixador Scholtz, de forma oficial, a Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório.

Pouco dias depois, a 18 junho, são expedidos dois telegramas a partir do Ministério dos Negócios Estrangeiros para Paris, afirmando primeiro a concordância com o projeto de declaração comum, com a instrução clara de que o Embaixador português em Paris, Alfredo Lencastre da Veiga, deveria assinar a mesma declaração, e tratando-se, o segundo da comunicação do ministro Mário Soares das instruções emanadas para a Embaixada em Paris (Telegramas n.º 206 e 207, MNE, 18-06-1974). No dia imediatamente a seguir é assinada a declaração comum (Telegrama n.º 397, Embaixada em Paris, 19-06-1974), e a 20 de junho, era conferido o despacho do estabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a RDA, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e expedida esta informação para todas as missões diplomáticas portuguesas (Telegrama n.º C-38, MNE, 20-06-1974).

Todo este processo iria decorrer na vigência do I Governo Provisório, chefiado por Adelino Palma Carlos. A situação política em Portugal e a redefinição dos vetores orientadores para a política externa, iriam de certa forma ser um terreno fértil para o

²⁷ Otto Winzer (1902-1975) foi um político que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1965 e 1975

desenvolvimento de relações com os países do leste europeu, e em particular com a RDA, conforme os programas dos governos provisórios.

A RFA continuava a ser para Portugal um parceiro importante, como diversos resultados da balança comercial, transpareceram, nos últimos anos do regime, mesmo com o atenuar das relações diplomáticas, em virtude da postura mais discordante do chanceler Willy Brandt relativamente à política portuguesa. A *Ostpolitik* empreendida por Brandt iria ser importante, ainda que de uma forma involuntária, para os interesses económicos portugueses, tornando-se a Embaixada em Bona uma das mais importantes do circuito diplomático português até à integração nas Comunidades Europeias, servindo também de plataforma de acesso aos mercados do leste europeu (Menezes, 2015, p. 182).

Da Embaixada de Bona sairia o primeiro Encarregado de Negócios nomeado para Berlim Oriental, João Carlos Versteeg²⁸, que desempenhava funções como segundo-secretário de Embaixada em Bona, assumindo funções de 3 de setembro de 1974 até 12 de janeiro de 1975. A partir de 20 de novembro de 1974, receberia as credenciais de embaixador Rui Barbosa de Medina²⁹.

Por sua vez, a RDA iria nomear Erich Butzke³⁰ como primeiro embaixador plenipotenciário em Portugal, que irá entregar credenciais ao Presidente Spínola a 8 de agosto de 1974³¹.

3.1.1 Desenvolvimento das relações 1974-1976

A evolução da política externa portuguesa durante o período revolucionário pré-constitucional, vai ser marcada, como anteriormente referido, por uma franca abertura a todos os Países do mundo. Não obstante o preceituado no Programa do MFA e nos Programas dos Governos Provisórios, é necessário colocar em destaque a ação

²⁸ João Carlos Versteeg (1942 – s.d.). Diplomata

²⁹ Rui Barbosa de Medina (1925 – s.d.) Diplomata

³⁰ Erich Butzke (1920-1988) - Diplomata RDA

³¹ <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/entrega-de-credencias-pelo-embaixador-da-rda/>

governativa de alguns intervenientes desses mesmos governos, bem como os acontecimentos ocorridos entre 1974 e 1976, até a tomada de posse do I Governo Constitucional. Como fora desenvolvido no capítulo “Portugal e o Leste”, o estabelecimento e restabelecimento de relações com os países do leste europeu foram se sucedendo no período pré-constitucional. A assinatura de diversos acordos tornou-se essencial na prossecução de uma política de abertura ao mundo, e a RDA não seria exceção.

Conforme o telegrama n.º 68 expedido da embaixada portuguesa em Berlim Oriental, o Embaixador Rui Medina dá nota do interesse de Willi Stoph, chefe de Estado da RDA, no estreitamento das relações entre os dois países, que se procedessem a conversas exploratórias tendentes à elaboração e assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica e Cultural. Ao mesmo tempo, estaria a ser desenvolvida uma cooperação associativa, através do surgimento da Associação de Amizade Portugal-RDA e de uma congénere alemã oriental, Associação de Amizade RDA-Portugal (Telegrama n.º 68, Embaixada em Berlim, 9-12-1974). O telegrama n.º 52, expedido da embaixada portuguesa na RDA, de 28 de outubro 1974, ainda antes a entrega de credenciais do embaixador Rui Medina, informa o MNE do encontro do encarregado de negócios Versteeg com o Secretário-Geral da Liga DDR para a Amizade com os Povos, R. Manneberg. Este Secretário-Geral informaria o Encarregado de Negócios do convite efetuado à comissão organizadora da Associação Portugal-RDA, ainda que à margem das relações diplomáticas estabelecidas entre os dois países. O encarregado de negócios informaria Lisboa da possível importância de um organismo desta tipologia que abarcasse um “intercambio científico, cultural, artístico ou desportivo” (Telegrama n.º 45, Embaixada em Berlim, 28-11-1974), e pede orientações para uma coordenação formal entre a Liga DDR para a Amizade com os Povos e as autoridades e organismos oficiais portugueses. A visita da comitiva da Associação de Amizade Portugal-RDA iria acontecer entre 11 e 21 de novembro de 1974, tendo como elemento de destaque Alexandre Babo³², que se fez acompanhar com uma delegação variada, composta por

³² Alexandre Babo (1916-2007) foi um jornalista e militante do PCP

um sindicalista, um agrónomo, um elemento do setor da educação e um professor de educação física. A visita iria incidir nos setores de ocupação dos membros da delegação portuguesa, passando para além de Berlim Oriental, pelas cidades de Dresden, Leipzig e Rostock (Telegrama n. º52, Embaixada em Berlim, 9-11-1974). À solicitação de orientações por parte do Encarregado de Negócios Versteeg, o MNE responderia com um telegrama urgente, afirmando que a missão diplomática em Berlim Oriental deveria diligenciar apoio à comitiva portuguesa, e informando não existir informação formal por parte de outros organismos governamentais/institucionais (Telegrama n. º19, MNE, 18-11-1974).

Os desenvolvimentos oficiais voltariam a ser referidos na documentação diplomática em dezembro de 1974. O telegrama n.º 76, de 16 de dezembro de 1974, expedido da Embaixada em Berlim, relata o encontro do embaixador Rui Medina com o Presidente do Conselho de Ministros da RDA, Horst Sindermann³³, que demonstra o interesse na profusão das relações diplomáticas entre Portugal e a RDA, alargando os campos de cooperação entre os dois Estados. Tal aprofundamento será reiterado por Kurt Nier³⁴, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, que transmitiria a Medina que era “considerada vantagem rápida organização contatos exploratórios para negociações acordo cooperação técnica cultural”.

O embaixador Medina irá avistar-se igualmente com Herman Axen³⁵, Presidente do Conselho de Estado da RDA, transparecendo o seu desejo de encontrar personalidades políticas portuguesas, conforme telegrama n. º 78 expedido pela Embaixada portuguesa a 18 de dezembro de 1974.

Ainda no ano de 1974, e atendendo às boas relações com a RFA, a embaixada portuguesa em Berlim Oriental inicia aquela que parece iniciar uma dinâmica de relatórios ocasionais e situacionais relativos às incidências e incidentes que iriam

³³ Horst Sindermann (1915-1990) foi um político que ocupou o cargo de presidente do Conselho de Ministros da RDA entre 1973 e 1976, e também o cargo de presidente da Câmara do Povo da RDA, entre 1976 e 1989.

³⁴ Kurt Nier (1927-) foi um político que ocupou o cargo de vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA entre 1973 e 1989

³⁵ Hermann Axen (1916-1992) foi um membro do politburo do SED até 1989

ocorrendo em Berlim e nas relações entre as “Alemanhas”. Conjuntamente com a documentação oficial produzida expedida pela Embaixada em Bona, as duas representações produzem um filão de informação importante para as autoridades portuguesas, pela capacidade natural de acompanhar *in loco* as incidências que foram marcaram os anos 70, neste particular da história alemã.

As duas embaixadas iriam documentar alguns acontecimentos, de relevância em 1974. Em telegrama expedido da Embaixada em Berlim (telegrama n.º 20, datado de 27 de setembro de 1974) o encarregado de negócios Versteeg dá nota da deliberação do *Volkskammer* (Câmara do Povo), relativamente à alteração promovida na Constituição da RDA, datada de 1968. Seriam abolidas na constituição da Alemanha Oriental todas referências à “unidade alemã” e “nação alemã”. O encarregado de negócios seria perentório e, concluiria que estas alterações demonstrariam a inviabilidade da reunificação alemã. Apesar do aparente clima de reaproximação, mercê da Ostpolitik, Honecker, secretário-geral do SED³⁶, não se excursaria a criticar a viagem do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros chinês a Bona, e por consequência a criticar os dirigentes de Pequim, por se relacionarem com a países que tomavam parte da OTAN e CEE, organismos tidos como adversos à coexistência pacífica (Telegrama n.º 37, Embaixada de Berlim, 21-11-1974). As informações contidas nestes dois telegramas garantiam às autoridades portuguesas a lealdade leste alemã à União Soviética e ao Pacto de Varsóvia, no fundo, os principais subsidiários do Estado leste-alemão, que com a adesão à ONU em 1973, a par com a RFA, haveria de ser reconhecidos por diversos estados do bloco ocidental.

Por sua vez, a Embaixada Portuguesa em Bona, pouco antes da eclosão do 25 de abril de 1974, dava nota da falta de concordância do Parlamento Federal oeste-alemão relativamente à assinatura de protocolo que estabelecia as bases de representação permanente entre a RFA e a RDA. A oposição composta pela coligação CDU/CSU acreditava que a assinatura deste protocolo promoveria o reconhecimento da RDA

³⁶ SED era o acrónimo de *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, em português, Partido Socialista Unificado

como um estado estrangeiro. Apesar da oposição ao protocolo, também referido o aplauso por passar a existir um representante de Bona em Berlim Oriental, que representaria os interesses dos berlinenses ocidentais (Telegrama n.º 124, Embaixada em Bona, 15-03-1974). Os telegramas n.º 361 (22-07-1974) e n.º 369 (31-07-1974), referem a tensão provocada pela instalação de uma repartição federal em Berlim Ocidental, o que na ótica das autoridades da RDA e da URSS, seria uma quebra do Acordo Quadripartido³⁷. A retaliação é expressa no Telegrama n.º 369 da Embaixada portuguesa em Bona, com o controlo apertado das fronteiras terrestres por parte das autoridades da RDA, chegando a ser barrada a passagem de um alto funcionário da Repartição Federal instalada em Berlim Ocidental. A situação iria desembocar no pedido de reunião de Comissão Mista Inter-Alemã, para interpretação do Tratado de 1972³⁸.

O acompanhamento das questões alemãs por parte das autoridades portuguesas, revelou-se de vital importância devido à relevância das relações com a RFA, pela sua extensão e pendor comercial, e pelo estabelecimento de novas relações com a RDA e tudo o que poderia advir da abertura deste canal diplomático.

As autoridades da RDA acompanharam de igual forma os acontecimentos e incidências de Lisboa nos primeiros meses pós-25 de Abril. A questão africana foi noticiada nos meios de comunicação estatal, a agência de notícias ADN³⁹ e órgão noticioso do SED, o *Neues Deutschland*⁴⁰, que serão várias vezes referidos nesta dissertação. Nos telegramas n.º 94 e n.º 95, de 11 de setembro de 1974, é feita menção ao avanço no processo reconhecimento *de jure* da independência da Guiné-Bissau por parte de Portugal e no telegrama seguinte, uma apreciação relativa ação desenvolvida pelas autoridades portuguesas e da FRELIMO⁴¹, no restabelecimento da ordem no

³⁷ Acordo quadripartido foi assinado entre as potências vencedoras da II Guerra Mundial, com o objetivo de normalizar o estatuto de Berlim Ocidental

³⁸ Tratado Básico de 1972 iria promover o reconhecimento mútuo entre os estados alemães, promovendo a entrada da RDA e da RFA na Organização das Nações Unidas.

³⁹ Órgão de comunicação social da RDA

⁴⁰ Jornal oficial do SED

⁴¹ Frente de Libertação de Moçambique é um partido político que iniciou a sua atividade como movimento de libertação

território na sequência do golpe de 7 de setembro, organizado por setores da minoria branca.

O acompanhamento da questão da África portuguesa será uma realidade, bem como o cuidado da Embaixada Portuguesa em Berlim em informar as autoridades portuguesas dos contactos das autoridades da RDA com países africanos, e em especial com os da África lusófona.

3.1.2 Evolução política portuguesa e os primeiros acordos

A evolução dos acontecimentos políticos e sucessão de governos provisórios. Iriam ditar o ano de 1975, com um claro respaldo nas relações diplomáticas desenvolvidas por Portugal. A viragem à esquerda dos II, III, IV e V Governos Provisórios, vão dar origem a terreno fértil na toca a assinatura de acordos com os países do centro e leste europeu, como é observado Capítulo I desta dissertação.

A evolução do processo revolucionário estará de forma indefetível ligado a profusão das relações diplomáticas com a Alemanha de Leste, particularmente após o 11 de março, assumindo o PCP⁴² e militares conotados a esquerda, um papel preponderante no aprofundamento das relações (Wagner, 2006, p.84). Este autor, no ensaio “Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»”, refere que a face a perda de competitividade com os produtos da RFA, a RDA procurava novos mercados que pudessem, no fundo, atenuar o défice comercial com os países de economia de mercado, servindo-se da situação política em Portugal, beneficiando da influência dos grupos de Esquerda no MFA e da ação do PCP nos governos provisórios (Wagner, 2006, p.84). Apesar do autor referir no mesmo ensaio que a pretensão da RDA, por intermédio do SED e das suas relações privilegiadas com o PCP e com outros atores do quadro governativo português, rapidamente também reafirma que a obediência disfarçada de

⁴² Partido Comunista Português, fundado em 1922

solidariedade a Moscovo, por parte do estado leste-alemão, ditaria um afastamento em relação ao processo revolucionário português, por ocasião da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa⁴³. Citando Tilo Wagner, “a boa vontade do SED em apoiar o «o partido irmão» português dependia inteiramente das orientações de Moscovo” (Wagner, 2006, p. 86), o que sintetiza, de forma indireta as relações entre os dois países em 1975. Porém a efetivação do processo de descolonização da África portuguesa irá ao encontro da política externa da RDA, no que toca a expansão da influência e das solidariedades com países recém-independentes e enquadrados no bloco dos *não-alinhados*. Se, em 1974, já eram notadas na imprensa da RDA menções ao processo de descolonização, no ano seguinte a Embaixada dará nota de todas ações da Alemanha Oriental junto dos novos países africanos, cujos movimentos que assumiram os destinos dos novos territórios tinham conhecidas solidariedades com o bloco soviético, com destaque para Angola e Moçambique, cujos Movimentos de Libertação, que aspiravam a construção de um “socialismo ao estilo soviético” (Brown, 2010, p.420).

3.1.3 Uma visão da RDA pela Embaixada portuguesa

A Embaixada portuguesa em Berlim reportaria a Lisboa durante o ano de 1975 diversos relatórios com informação relevante quanto ao desenvolvimento da política interna e externa da RDA, tendo sempre a questão especial relevo e destaque.

No ano de 1975, Portugal e a RDA assinariam dois acordos, sendo um Acordo Comercial a Longo Prazo a 25 de janeiro, com publicação em *Diário da República* a 14 de janeiro de 1976, e um Acordo relativo a Transportes Aéreos, assinado a 17 de outubro e publicado em *Diário da República* a 15 de março de 1977. As assinaturas dos primeiros

⁴³ Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, decorreu entre 30 de julho e 1 de agosto de 1975 em Helsínquia. Resultou na assinatura da Ata Final de Helsínquia, com 35 países signatários, afirmou o reconhecimento das fronteiras no continente europeu, bem como, a defesa plena dos direitos humanos em todo o continente.

acordos indiciavam então o amadurecimento das relações, terminando a euforia inicial do estabelecimento de relações, inaugurando-se uma fase mais concreta. O desenvolvimento destes acordos será abordado no capítulo 5 desta dissertação.

Em janeiro de 1975, é expedido pela Embaixada Portuguesa em Berlim, o ofício n.º 14 (22-01-1975), que o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA seria Oskar Fischer⁴⁴, substituindo Otto Winzer. No ofício é apresentada a sua biografia, sendo que era membro do comité central do SED, e era uma figura muito próxima de Honecker. Ocuparia o cargo até 1990, sendo então o responsável político para as relações externas, da parte da RDA.

Ainda antes de Oskar Fischer tomar posse do novo cargo, é dada nota de uma reunião ao mais alto nível, entre as autoridades da RDA, e as missões diplomáticas leste-alemãs no estrangeiro. A reunião teria como objetivo reforçar as linhas orientadoras que deveriam nortear o desempenho das missões diplomáticas advogando “a integração socialista internacional, o reforço do potencial do socialismo, e a segurança da paz para todos os povos do mundo” (Ofício n.º 32, Embaixada em Berlim, 14-02-1975). Os reforços destas linhas advinham de algumas questões levantadas por dirigentes da cúpula do SED, como Hermann Axen, que tal como descreve o ofício, “havendo-me sido deixado entender que ele teria formulado alguns reparos sobre a eventual tendência de representantes deste país, no estrangeiro, para certo afastamento das linhas gerais de atuação aqui reputadas essenciais” (Ofício n.º 32, Embaixada em Berlim, 14-02-1975). O teor desta documentação expedida da Embaixada de Berlim, indiciava aquilo que viria a ser um acompanhamento assinalável da situação leste-alemã. Ainda que com as devidas diferenças, a abertura da Alemanha Oriental ao reconhecimento externo seria recente, um pouco como o lento regresso português ao concerto das nações. E existia uma preocupação latente por parte das autoridades da RDA relativamente a postura das missões diplomáticas, mais rotinadas em países do bloco socialista e com solidariedades declaradas ao mesmo. Por conseguinte, a ideia da existência de “desvios” das

⁴⁴ Oskar Fischer (1923-2020) foi um político que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA durante os anos de 1975 e 1990

orientações das missões diplomáticas leste-alemãs, deixa no ar que a visita reportada pelo ofício da embaixada portuguesa, n.º 90 de 26 de abril de 1975, com o périplo por dois que se haviam afastado da orbita soviética, ainda que por vias distintas, a Jugoslávia e a Roménia. Salienta-se no teor do documento as referências á situação política em várias regiões do globo com maior incidência para o médio oriente e questão palestiniana⁴⁵, o conflito no Vietname e o reforço do apoio “total para com a justa luta dos povos da Ásia, África e América Latina contra o colonialismo, neocolonialismo, e por uma independência nacional e progresso social bem como igualdade de direitos nas relações económicas internacionais” (Ofício n.º 90, Embaixada em Berlim, 26-04-1975). Este era o teor do discurso proferido por Oskar Fischer, fazendo referência à renovação dos apoios e solidariedades a um quadro de países recém-independentes ou territórios em conflito contra potências colonizadoras era a mostra da orientação da política externa da RDA, para além do enquadramento obvio no bloco socialista. A aproximação ao mundo árabe, é notada pela Embaixada portuguesa, sendo que é referida a deslocação do primeiro-ministro líbio a Berlim Oriental, e de Saddam Hussein⁴⁶, figura emergente no Iraque, ocupando o cargo de Vice-Presidente da República, e figura de especial destaque na corrente do Socialismo Árabe⁴⁷ (Ofício n.º 111, Embaixada em Berlim, 14-05-1975). Seria notada menção a Portugal, referindo o ofício que “a RDA e a República do Iraque manifestaram, perante as forças populares de Portugal, a sua inteira simpatia para com a sua luta por um desenvolvimento revolucionário e democrático do país, contra a reação interna e externa” (Ofício n.º 111, Embaixada em Berlim, 14-05-1975). Esta referência no comunicado conjunto da visita indiciava o nível de acompanhamento da situação portuguesa, dias após o golpe de 11 de março⁴⁸, e da evolução da situação política portuguesa.

⁴⁵ Estado *de jure* que reclama territórios ocupados pelo Estado de Israel

⁴⁶ Saddam Hussein (1937-2006) foi um político iraquiano, que ocupou o cargo de presidente entre 1979 e 2003.

⁴⁷ Socialismo árabe era uma ideologia que fundia princípios socialistas com princípios nacionalistas árabes

⁴⁸ O golpe de 11 de março de 1975 foi uma tentativa de golpe dirigida por António Spínola

O acompanhamento da situação portuguesa, em particular a questão africana, aliada também com questões de foro energético marcaram o ano de 1975. Por ocasião da 14.ª sessão do Comité Central do SED, e os trabalhos conducentes à aprovação do plano quinquenal referente ao período de 1976-1980, a documentação refere a questão do encarecimento dos produtos energéticos oriundos da União Soviética, bem como a inflação associada a outras matérias-primas e também o encarecimento dos preços dos produtos do Mercado Comum. A crise petrolífera de 1973 iria provocar uma consequência aparentemente feliz, nas palavras de Hobsbawm, pelo facto de a URSS beneficiar da alta dos preços (Hobsbawm, p.462, 2011). Os aumentos dos custos de produção iriam pesar também para os países do bloco de leste, tal como é referido no ofício n. 9147 da Embaixada portuguesa em Berlim, de 20 de junho de 1975, onde é mencionado um aumento de 130 por cento do preço do petróleo. Hobsbawm chega a qualificar a URSS como “uma colónia produtora de energia para economias industriais mais avançadas” (Hobsbawm, p.460, 1994, 2001), onde insere a RDA. Estas contingências tornavam Portugal um terreno fértil de investimento, muito em virtude de não ter uma situação política definida e de com uma grave crise económica.

No terreno das questões económicas, o embaixador português participa, a título de observador, na 15.ª Sessão do Comité Central do SED, onde foi apresentado o relatório da Comissão Política do Partido, explanando as realizações do último plano quinquenal. O embaixador sintetizaria os discursos de Axen e Honecker, versando o primeiro mais em realizações do âmbito da política externa, e o segundo mais no plano interno, nas palavras de Medina, de “nítida dureza, no alinhamento pró-soviético” (Ofício n. 9249, Embaixada em Berlim, 06-10-1975). A materialização desse reforço seria marcada pela visita de Honecker a Moscovo e posterior assinatura de um Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua entre os dois países, a 7 de outubro de 1975, cuja tradução seria enviada pela Embaixada para Lisboa.

3.1.4 Uma visão da RDA pela Embaixada portuguesa – parte II

1976 seria o ano com maior volume documental expedido da embaixada em Berlim para o MNE. O ano de aparente estabilização política portuguesa, iria indicar, no contexto internacional, onde Portugal se iria recolocar, uma maior definição para a nova política externa do país após uma abertura considerável ao mundo. A tomada de posse do I Governo Constitucional haveria de ser um marco assinalável em matéria de relações diplomáticas com o leste europeu e com a RDA, em concreto. O acompanhamento da política interna e externa deste país seria mais intenso relativamente ao ano anterior.

O primeiro reporte seria relativo à visita que Oskar Fischer iria fazer a Paris, apesar das posições contrárias dos países relativamente as questões de Berlim, bem como à preparação de visitas de ministros dos Negócios Estrangeiros de diversos países da Europa Ocidental, nomeadamente da Bélgica e da Suécia à RDA. É referido no ofício, que apenas os ministros dos Negócios Estrangeiros da Noruega e do Luxemburgo haviam visitado formalmente a RDA, o que nas palavras do embaixador denotava “apreciável progresso” em matéria de relações diplomáticas, atribuindo a responsabilidade dessa progressão ao ministro Fischer.

A par dos desenvolvimentos em matéria de política externa, a Embaixada portuguesa iria acompanhar com especial atenção o desenvolvimento da política interna da RDA, com especial enfoque para as questões partidárias. A Embaixada iria reportar a Lisboa as incidências da 16.ª sessão do Comité Central do SED, onde seria elaborado projeto para o próximo quinquénio, que seria apresentado ao 9.º Congresso do SED. Desta sessão também seria reiterado o apoio aos partidos comunistas do “mundo capitalista”, aos países que se haviam tornado independentes, bem como a manutenção da paz mundial, levando a cabo uma “política de coexistência pacífica, nas relações com os países capitalistas” (Ofício n. 914, Embaixada em Berlim, 14-01-1976).

A Embaixada portuguesa iria expedir um novo documento em que abordaria a questão demográfica na RDA. O ofício n. 931 de 09-02-1976, daria conta do pedido da Igreja Protestante, na pessoa do seu titular o Bispo Albrecht Schonner, de solicitar às

autoridades a RDA o bloqueio da possibilidade de os religiosos abandonarem a RDA provocando um défice na comunidade pastoral protestante. Para além do abandono do país, esta possibilidade dada aos religiosos provocou uma adesão à vida religiosa por conveniência, por forma a ter acesso ao mecanismo para abandonar o país livremente. Mecanismo que também seria aplicado aos reformados, que possibilitavam o decréscimo dos custos em assistência social, e também uma camada social tida como descontente (Ofício n.º 31, Embaixada em Berlim, 09-02-1976). O ofício, em jeito de relatório, também reportaria a falta de mão-de-obra, resultante da manutenção de um largo aparelho de Estado, que consumia recursos humanos em número considerável para a manutenção das fileiras das forças armadas⁴⁹, bem como estruturas administrativas. A imigração saldava-se por milhares de cidadãos de outros estados socialistas (da Polónia 50 mil e da Hungria 10 mil), sendo feita a menção da recusa de cinco mil emigrantes líbios (Ofício n.º 31, Embaixada em Berlim, 09-02-1976). Mormente os problemas demográficos, a Embaixada relata que o país era o mais desenvolvido dos países com economia planificada, apesar desse desenvolvimento não se verter na qualidade de vida dos cidadãos, e com a incapacidade de poder rivalizar com a atração exercida pela RFA. Contudo o destaque do extenso ofício é plasmado na afirmação que “a função essencial diretiva do partido comunista, durante a presente fase de construção da sociedade socialista desenvolvida, em total alinhamento com a União Soviética”, o que se traduz também na inviabilidade da reunificação com a RFA, já confirmado com a alteração da Constituição e com o Tratado de Amizade assinado entre a RDA e a URSS em 1975. Por fim, a Embaixada portuguesa, também faz saber que o endurecimento do regime se tem vindo fazer sentir deste do final da Conferência para Segurança e Cooperação na Europa, em Helsínquia, confirmando as previsões de alguns observadores que nestas marcaram presença.

O primeiro semestre seria marcado pelo envio de documentação relativa à organização política interna da RDA, relatos da vida no país e as resoluções que seriam

⁴⁹ *Nationale Volksarmee* – exército da RDA era composto por quatro ramos: Forças terrestres (*Landstreitkräfte*), a Marinha (*Volksmarine*), a Força aérea (*Luftstreitkräfte*) e as tropas fronteiriças (*Grenztruppen*).

formuladas no 9.º Congresso do SED. O sucessivo reiterar do alinhamento com as posições soviéticas, associado com “o inegavelmente sintomático acentuado endurecimento do poder, no plano ideológico e político”, conforme referido no Ofício n.º 87 de 24 de março de 1976.

O Congresso mereceu grande atenção por parte da Embaixada portuguesa em Berlim, bem como as reuniões preparatórias promovidas pelo Comité Central do SED. A 18.ª reunião do Comité Central do SED foi seguida de forma atenta pela Embaixada portuguesa, que ofereceria a Lisboa um panorama abrangente da situação política e governativa na RDA, bem como dados relativos à questão da reunificação. Neste particular, a Embaixada, reportando à reunião, diria que “o aparente realismo desta constrição política, onde o particularismo separatista acabou por assumir, em certos setores, formas de isolacionismo, contribuiu para facilitar a aproximação Este-Oeste”, numa menção aos anos da liderança de Walter Ulbricht (Ofício n.º 146, Embaixada em Berlim, 17-05-1976), e aos trabalhos desenvolvidos na Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa. Segundo o embaixador Medina o produto final desta Conferência poderia ser considerado uma ameaça ao que representava a RDA, pois poderia criar um terreno fértil para a germinação da ideia da reunificação. A embaixada notaria e apontaria diversas contradições políticas e ideológicas à RDA, bem como a negação de todo um ideal de reunificação, por motivos históricos, revogando toda a história e em igual medida todas as referências a uma Alemanha unida, até mesmo do próprio hino nacional. O reforço da ideia do internacionalismo proletário e alinhamento com a URSS concorre diretamente com a ideia de reunificação, contudo, contando sempre com empréstimos e subsídios providos da RFA. O reforço da estrutura policial ia contra a corrente dos restantes países do bloco socialista, promovendo possíveis brechas para a fuga de leste alemães em idade de trabalho e com conhecimento técnico e formação considerável, rumo ao ocidente, cujo horizontes eram escondidos por meio de propaganda. E contra corrente, são apontados os avanços em matéria de política externa, com o amplo reconhecimento da RDA como estado independente, bem como uma posição de relevo em matéria de resultados económicos, com políticas conducentes à “imunização, para os naturais deste país, graças a um bem estudado

regime de subsídios” do peso da inflação que fazia sentir, e do aumento do custo das matérias-primas à época (Ofício n.º 146, Embaixada em Berlim, 17-05-1976).

O 9.º Congresso do SED iria decorrer em maio de 1976, contando com a presença de delegações estrangeiras de países do bloco socialista, quer da esfera ocidental. O relato do mesmo orbitou na questão do amplo reconhecimento internacional que vinha beneficiando o país, reafirmando que a questão da reunificação estaria resolvida, e novamente a ideia do internacionalismo proletário e o profundo alinhamento com a URSS, uma vez mais (Ofício n.º 154, Embaixada em Berlim, 24-05-1976). Era notado um reforço do aparelho de segurança em caso de ameaça externa, mas principalmente interna, para a defesa do estilo de vida socialista na RDA e nos restantes países do Pacto de Varsóvia, numa clara assunção que apesar da Ata Final de Helsínquia, existia uma vigilância atenta da coexistência pacífica. No plano económico, as previsões apresentadas eram revistas em alta, até 1980, e com algumas medidas de proteção laboral a serem implementadas. No plano diplomático, nada seria apresentado de novo, e ressalva-se a participação da delegação portuguesa (Ofício n.º 154, Embaixada em Berlim, 24-05-1976).

A questão da não apresentação de diretrizes e/ou orientações em matéria de política externa chamou à atenção das diversas missões diplomáticas na RDA, o que fez levantar algumas hipóteses quanto às orientações da política externa leste-alemã. Esta hipóteses relativamente à política externa da RDA serão exploradas no final deste capítulo.

O final do primeiro semestre de 1976, é marcado pela realização do Congresso da Freie Deutsche Jugend⁵⁰, que contaria com a presença de uma delegação portuguesa, a União da Juventude Comunista Portuguesa. A delegação portuguesa iria merecer destaque e ser notícia no órgão de comunicação oficial, *Neues Deutschland* (Ofício n.º 170, Embaixada em Berlim, 08-06-1976).

⁵⁰ Organização partidária juvenil da RDA, de cariz ideológico, que desenvolveu a sua ação entre os anos de 1946 e 1990.

O segundo semestre do ano de 1976 seria atentamente seguido pela Embaixada portuguesa, acompanhando as incidências da política interna, enfatizando o processo eleitoral do país, bem como o endurecimento da repressão e o reforço e concentração de poderes na figura de Erich Honecker (Telegrama n.º 78, Embaixada de Portugal em Berlim, 29-11-1976). A produção de extensos ofícios neste período de 1976 punham a cru a situação política e social da RDA, informando-se Lisboa com relevo e detalhe.

O processo eleitoral, ocorrido em outubro, seria seguido pela Embaixada portuguesa, com o devido reporte dos resultados, e com algumas conclusões, sendo uma delas a parca abrangência o do ato político em si, num período particularmente difícil do regime, pelas palavras da representação portuguesa, um período onde “se torna sensível o descontentamento dominante contra a nova estratificação de classes, a rígida estruturação de privilégios e os crescentes alienamento e corrupção da mais diversa índole” (Ofício n.º 282, Embaixada em Portugal, 04-10-1976).

O ofício n.º 299 de 20 de outubro de 1976 é iniciado com a referência a trocas de impressões promovida pelo embaixador Medina junto dos seus colegas ocidentais, “havidos por particularmente bem informados das condições políticas locais”, relativamente ao ato eleitoral ocorrido no país na segunda metade 1976. A tensão política e a economia planificada débil, estaria a germinar contestação e agitação no tecido social, gerando uma “crise de consciência pouco receptiva à expressão pública de fervores doutrinários” (Ofício n.º 299, Embaixada em Berlim, 20-11-1976). A Embaixada reportava uma “Sensível perda de eficácia política do regime” e, quanto à economia, marcada “pela excessiva subordinação às exigências da URSS”, e cujo benefícios das exportações serviria para alimentar a máquina partidária bem como o aparelho militar, ambos extremamente onerosos, na opinião do embaixador.

Em novembro, era dada nota pela Embaixada portuguesa, através de telegrama, do agravamento do clima político da RDA, fruto de um protesto de um grupo de intelectuais por haver sido decretada a expulsão e privação de nacionalidade do cantor

de intervenção Wolf Biermann⁵¹ (Telegrama n.º 94 Embaixada em Berlim, 19-11 1976). A tensão política na RDA, segundo o Embaixador Rui Medina, poderia estar associada a uma situação económica débil, motivada por uma dívida externa considerável a que se associava um “mais nítido domínio (da) vida pública por partido no poder, no seio qual se fariam sentir algumas dificuldades resultantes (da) avantajada idade (da) maior parte (dos) dirigentes”, opinião enviada por telegrama a 4 de novembro de 1976. Relativamente a este acontecimento, a Embaixada portuguesa reporta as repercussões internas e até ao nível das relações bilaterais. A oposição e o descontentamento não se faziam apenas sentir nos círculos intelectuais, mas também no seio religioso. A repressão policial e as medidas coercivas a nível administrativo e profissional conheceram um recrudescimento, e a baixa demográfica continuou a ocorrer, com alguma incidência⁵². A atratividade e proteção oferecidas pela RFA aos cidadãos leste-alemães, endureceram o regime da RDA, o tornaria digno de nota a indicação constante no ofício, que “receadas as implicações contidas na agitação latente, tanto em razão das medidas repressivas que necessariamente virão a ser tomadas (e das suas inevitáveis consequências no plano das relações bilaterais)” (Ofício n.º 332, Embaixada em Berlim, 17-11-1976). No campo económico, a embaixada reporta o défice comercial existente em relação à URSS (no valor de 450 milhões de dólares à época, bem com a sua dependência energética a rondar os 85 por cento (considerar a alta do preço do petróleo). É referida também a falta de cereais, associada à quebra da produção agrícola, em detrimento do investimento na exportação de carnes (Ofício n.º 342, Embaixada de Portugal em Berlim, 25-11-1976). Não obstante os desequilíbrios expostos no ofício, é notado o superior rendimento *per capita* da RDA, em relação a alguns países da Europa Ocidental, como a Grã-Bretanha e a Itália, ainda que o nível de vida das populações apresentasse, segundo o embaixador, diferenças substanciais (Ofício n.º 342, Embaixada em Berlim, 25-11-1976).

⁵¹ Karl Wolf Biermann (1937-) é um cantor alemão, que seria expatriado da RDA em 1976.

⁵² Dados demográficos consultados em: https://en.wikipedia.org/wiki/East_Germany#Vital_statistics

Já no dia 10 de dezembro de 1976, seria expedido o Telegrama n.º 100 a partir da Embaixada, dando nota da participação de Hermann Axen no VIII.º Congresso do Partido Comunista Português, que havia tido um resultado assinalável nas eleições legislativas de 1976.

3.1.5 Relações bilaterais – Associações e Eventos

Para além dos relatórios situacionais provindos da embaixada portuguesa em Berlim, ocorreram no de 1976 eventos dignos de nota no que toca às relações bilaterais entre os dois países. Não se pode, contudo, desconsiderar a situação política portuguesa, que havia entrado numa nova fase, após o longo ano de 1975. As eleições legislativas de 1976 teriam como vencedor o Partido Socialista, tornando-se Mário Soares Primeiro-Ministro, iniciando funções a 23 de julho. O programa de governo do primeiro Governo Constitucional, previa o reforço da cooperação com os países de leste, apesar da integração nas Comunidades Europeias ter-se tornado prioritária e inserta no Programa do I Governo Constitucional.

Em janeiro de 1976, ainda durante a vigência do VI Governo provisório, Lisboa era informada, via telegrama, do encontro do embaixador Rui Medina, com autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros da RDA, com Rui Medina a apelar as autoridades da RDA a atribuição de “facilidades económicas significativas”. Mesmo sendo balança comercial entre os dois países ser mais favorável a Portugal, o volume de trocas era diminuto. A resposta das autoridades das RDA orbitou por uma maior cooperação e celebração de acordos extensíveis a outras áreas, bem como o apoio a visitas dos titulares dos ministérios dos Negócios Estrangeiros (Telegrama n.º 9, Embaixada em Berlim, 27-01-1976).

Entre os dias 20 e 25 de março era organizada pela Associação de Amizade Portugal-RDA a Semana da RDA com destaque para a presença do Presidente da Liga da Amizade dos Povos, Paul Wandel. O evento seria marcado por espetáculos desportivos e artísticos, de cariz itinerante, passando por Lisboa, Porto, Moita, Montijo, Setúbal,

entre outras cidades. Contudo, o que impressionaria as autoridades da RDA que se deslocaram a Portugal seria o ambiente eleitoral e os extensos murais alusivos às conquistas de Abril (Ofício n. 997, Embaixada de Portugal em Berlim, 31-03-1976).

Passado o período eleitoral em Portugal, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros Medeiros Ferreira, por ocasião da XXXI^a Assembleia Geral das Nações Unidas avistar-se-ia com Oskar Fisher, agendando uma potencial visita à RDA.

No segundo semestre do ano de 1976, surgem com alguma incidência as insistências portuguesas para ampliar a cooperação económica e técnica com a RDA. No telegrama n. 965 de 22 de setembro de 1976, expedido da Embaixada portuguesa em Berlim, era notória essa mesma insistência, querendo aprofundar as relações entre dois países na área económica, o que parecia estar a ser preterido em relação a parte cultural. Esta ideia seria algo mais elaborada num ofício expedido de Berlim, onde são alvo de contradição as afirmações do embaixador da RDA em Lisboa, que destacava a cooperação nos domínios do comércio, técnicos e científicos, quando é descrito no ofício, que as mesmas não aludiam à realidade (Ofício n. 9287, Embaixada em Berlim, 09-10-1976).

Destacam-se ainda as audiências com Hermann Axen em Lisboa, com o Presidente Eanes e com o Primeiro-Ministro Soares, noticiadas nos órgãos de comunicação social da RDA no telegrama n. 987 de 15 de novembro e no telegrama n. 990 de 16 de novembro, ambos expedidos da Embaixada em Berlim.

A Liga para a Amizade dos Povos, um organismo de carácter oficial, com objetivos específicos no campo das relações entre países com representação diplomática na RDA era detentor de uma organização notável, conforme explicado em Ofício pelo embaixador Rui Medina (Ofício n.º 265, Embaixada em Berlim, 18-09-1976). A mesma Liga tinha ligações oficiais sobre as associações homólogas nos países, e no caso sendo português, a Associação de Amizade Portugal-RDA. Contudo, e segundo o embaixador Medina, “a rigidez da estrutura, a amplidão e diversidade contactos, a vastidão dos recursos que dispõe e a correlativa eficácia de acção fazem dela (Liga e Associação) um elemento de penetração e propaganda cujas atividades são tanto mais, dignas de ser

seguidas”, tornando as associações nacionais passíveis de se tornarem extensões da Liga, cumprindo dimensões de Berlim (Ofício n. 265, Embaixada em Berlim, 18-09-1976). Posto o caráter das Associações, e o peso e as competências que eram atribuídas a cada uma (Associação de Amizade RDA – Portugal, que se encontrava na dependência da Liga da Amizade para os Povos, e a homóloga Portugal – RDA), o embaixador aconselhava o MNE a “cooperar com elas em termos da mais estreita objetividade, sobretudo ao atribuir-lhes, para o processar do desenvolvimento das relações entre os dois países, as competências e funções que cada uma se encontra, efetivamente, em condições de exercer”, numa clara chamada também às ações dos partidos comunistas locais, e o seu peso em matéria de mobilização e governação (Ofício n.265, Embaixada em Berlim, 18-09-1976).

Em agosto de 1976, iria ser elaborado um convite pela Associação de Amizade RDA-Portugal , em aparente parceria com o Ministério dos Negócios Estrangeiros da RDA, com o objetivo de convidar grupos juvenis para uma colónia de férias, grupos estes pertencentes as “secções juvenis” do Partido Comunista Português, da Associação de Amizade Portugal-RDA e da União Antifascista Portuguesa, contando que o grupo português seria o maior entre o grupo multinacional (Ofício n.º 227, Embaixada em Berlim, 02-08-1976). Aparentemente de cariz lúdico, seria mencionada a situação do trabalho infantil em Portugal, e as consequências do mesmo, remetendo para “a educação política da criança”, conforme relatório do adido de imprensa português na RDA, anexo ao ofício n. 227, que fora convidado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros leste-alemão a acompanhar as atividades da Colónia de Férias “Wilhelm Pieck”.

No final de dezembro Lisboa informada da visita à RDA de uma comitiva portuguesa, composta por médicos e cientistas, a convite da Liga da Amizade para os Povos. A par desta visita eram dadas a conhecer a realização de um acordo entre a FDGB alemã e a Intersindical portuguesa, bem como “uma violenta tomada de posição” por parte da Associação de Amizade Portugal-RDA, condenando um ato da judicial da RFA,

referente ao caso de Werner Weinhold⁵³, que viria a ser absolvido (Ofício n. 9372, Embaixada em Berlim, 22-12-1976).

3.2. Portugal, a Integração europeia e a RDA

O período entre 1976 e 1979 seria um período marcado pela instabilidade governativa. O primeiro Governo Constitucional teria o seu termo em janeiro de 1978, sucedendo-lhe um segundo Governo Constitucional ainda dirigido por Mário Soares, e a seguir, três governos de iniciativa presidencial, de curta duração, contudo, com programas algo distintos em matéria de política externa, até 1979, ano da realização das eleições intercalares. Apesar de tudo, o pedido de adesão às Comunidades Europeias, realizado em 1977 iria marcar a política externa portuguesa do final da década de 70.

3.2.1 Política externa da RDA pela visão da Embaixada

O ano de 1977 seria um ano muito particular no trabalho desenvolvido pela Embaixada portuguesa em Berlim, seguindo atentamente a política externa da RDA. Os anos anteriores haviam sido anos em que a política interna tinha sido destacada na documentação produzida pela embaixada em Berlim, com o objetivo de oferecer a Lisboa um retrato profundo e realista da vida política e social da RDA.

Nos primeiros dias de janeiro é reportado a Lisboa, por via da Embaixada, os ecos das viagens realizadas por Oskar Fischer a África, nomeadamente a Moçambique (anteriormente referido), Madagáscar e Etiópia, sendo que este último país havia sido palco de um golpe de estado de inspiração marxista, pondo termo ao regime monárquico que vigorava. Se, por um lado, a RDA propunha-se a estender a sua

⁵³ Militar do Exército da RDA que iria abater dois Guardas Fronteiriços Leste-alemães, com o objetivo de atravessar a fronteira entre a RDA e a RFA

influência aos países africanos, dentro do bloco socialista surgia apreensão, como é reportado por ofício, expedido da Embaixada portuguesa em Bucareste (Ofício n. 222, Embaixada em Bucareste, 09-02-1977). Honecker deslocar-se-ia a Roménia, sendo que o embaixador português iria interpretar a mesma como sendo uma viagem que tinha objetivos indiretos. A contestação no bloco socialista, e o escrutínio a que os países ficaram votados, pela assinatura da Ata Final de Helsínquia, reduziram o campo de ação destes governos no que tocava à debelação da contestação. Posto este aspeto, na ótica do embaixador português na Roménia, e atendendo à postura e posição deste país em relação à URSS, o objetivo indireto desta visita de Honecker visaria convencer as autoridades romenas, no âmbito do espírito internacionalista, a autorizar o estacionamento de contingentes soviéticos em solo romeno. Esta postura denotava, em certa medida, a apreensão das autoridades leste alemã na situação contestatária que vigorava no Leste europeu e a dificuldade de levar a cabo ações repressivas em caso de crise interna (Ofício n. 222, Embaixada em Bucareste, 1977). Quase em simultâneo, Oskar Fischer visitaria a URSS, vindo a ser reportado pela Embaixada portuguesa em Moscovo, como uma visita de amizade e apoio, e “como mais um elo na intensa actividade diplomática da URSS para responder à campanha que lhe tem sido movida pelo ocidente a propósito dos Direitos Humanos, bem como para definir uma estratégia comum para o problema dos armamentos” (Ofício, n. 223, Embaixada em Moscovo, 20-04-1977). Esta visita iria preceder a viagem do Marechal Ustinov⁵⁴ à RDA e a Checoslováquia. Estes dois países, conforme descrito em ofício da Embaixada portuguesa em Moscovo, de elevada importância estratégica para a URSS, eram os países do bloco socialista onde a contestação ao regime e a dissidência eram mais visíveis (Ofício n. 222, Embaixada em Moscovo, 20-04-1977).

A visita à RDA do ministro da Defesa soviético seria analisada e reportada pela embaixada portuguesa em Berlim. O destaque iria pender para o reforço da cooperação militar entre as forças do bloco socialista e informaria também acerca do aparelho

⁵⁴. Dmitry Ustinov (1908-1984) foi um militar e ocupou cargos políticos ligados à defesa na União Soviética

militar da RDA, a rondar os 400 mil homens, entre ramos das forças armadas, polícias e forças paramilitares de cariz ideológico. Esta forças, consideráveis, eram dotadas de uma alta “aptidão doutrinária” e militar, constituindo desta forma a segunda força mais eficaz do Pacto de Varsóvia, bem como uma reserva também eficaz de defesa do regime. Era também notado o incremento de despesas com o aparelho militar durante o triénio de 1977-1980, sendo que o orçamento para a defesa e segurança para o ano de 1977 rondava os 11 biliões de marcos orientais (Ofício n. 9153, Embaixada em Berlim, 20-04-1977). Relativamente aos dados do ano de 1976, comprovava-se o aumento do reforço do aparelho militar, contribuindo de forma decisiva para o aparelho militar do Pacto de Varsóvia, bem como a sustentação do regime da RDA, em caso de manutenção da ordem interna.

3.2.2 Eventos e Associação de Amizade

Em matéria de relações bilaterais, o ano de 1977 iria apresentar um decréscimo de contactos e interações entre os dois países. Caberia a Associação de Amizade Portugal-RDA uma parte dos contactos realizados entre os dois países. Em janeiro uma delegação portuguesa desta associação deslocar-se-ia à RDA, sendo chefiada por Alexandre Babo. Esta visita, segundo o relato inserto no ofício produzido pela Embaixada portuguesa iria orbitar em torno da atualidade da época, correspondendo à situação particular de cada país e é demonstrado o desejo de maior cooperação entre as associações homólogas (Ofício n.º 22, Embaixada em Berlim, 13-01-1977). No mês de agosto a embaixada reportava a ocorrência de uma reunião com as mais altas figuras de estado da RDA envolvendo as Associações de Amizade com a RDA de diversos países. A embaixada iria salientar a forma como era evitado o contacto com as missões diplomáticas dos diversos países onde estas associações operavam, sendo que todas as “intervenções registadas durante as sessões de trabalho integram-se plenamente no espírito predominante de utilização das associações para efeitos de propaganda deste país”, resultando em declarações, das diversas delegações, a enfatizar o papel da RDA

em matéria de política externa e luta anti-imperialista e expansão ideológica, bem como o seu desempenho a nível interno (Ofício n.º 211, Embaixada em Berlim, 06-06-1977). A delegação portuguesa iria fazer o rescaldo da Semana da RDA que havia ocorrido em Portugal, e que havia contado com a presença do Presidente da Liga da Amizade dos Povos, Gerhard Goetting (Telegrama n.º 33, Embaixada em Berlim, 06-04-1977).

O embaixador Rui Medina depois de se entrevistar-se com outras missões de países ocidentais, entendia que o comportamento distante das associações em relação às missões diplomáticas era transversal. Contudo, o próprio embaixador irá mencionar que leva a cabo uma tentativa de aproximação e da tentativa de perceção do quadro da ação da associação, porém sem grande sucesso, referindo também que parte do distanciamento era promovido pelas direções dessas associações (Ofício n.º 296, Embaixada em Berlim, 16-08-1977).

3.2.3 Visita de delegação parlamentar portuguesa

Em setembro de 1977, uma delegação parlamentar portuguesa iria visitar oficialmente a RDA. A delegação seria composta pelo Presidente da Assembleia da República, e representantes parlamentares do PS, PSD, CDS e PCP. A visita, segundo o embaixador Rui Medina, iria decorrer nos mesmos moldes da visita das delegações britânica e dinamarquesa, sendo que este embaixador iria concluir que a visita portuguesa havia recolhido mais interesse e atenção da parte das autoridades da RDA. Os trabalhos que seriam desenvolvidos nesta visita iriam concentrar-se na situação comercial entre os dois países. A balança comercial revelava-se desfavorável para Portugal, situação que se começou a verificar em 1977. Os valores totais, por si já diminutos, comparando com outros estados socialistas, haviam sido favoráveis para Portugal entre 1975 e 1976, situação invertida no primeiro semestre do ano de 1977, tornando-se a RDA o país do bloco de leste que menos importava de Portugal, anula o carácter de complementaridade, retirando então volume a balança comercial, associando igualmente a este aspeto estrutural, dificuldades impostas pelo mercado

leste-alemão. Somando-se à questão comercial, o facto de ainda até àquela data, não ter existido uma visita de estado à RDA por parte das autoridades portuguesas, em particular do ministro dos Negócios Estrangeiros, foi alvo de diversas alusões leste-alemãs. As visitas de autoridades da Europa Ocidental eram uma prioridade para a RDA, como é explicado no ofício, não por razões políticas, mas sim por motivos de foro económico. No caso português, esta situação era tida como uma possibilidade em aberto, sendo a retratada a aproximação dos países associada “as cúpulas, ou aos esquemas partidários”, tornando os acordos celebrados muito pouco efetivos (Ofício n.º 336, Embaixada em Berlim, 21-09-1977). Apesar da pouca efetivação dos acordos, seriam mencionadas no ofício, as repercussões na imprensa leste-alemã desta visita, que segundo o relatório afirmaria uma situação relacional entre os dois países, com elevados e diversos índices de cooperação, o que não traduzia a realidade (Ofício n.º 336, Embaixada em Berlim, 1977).

3.2.4 Instabilidade Governativa em Portugal e questões alemãs

O ano de 1978 ficaria marcado em Portugal pela instabilidade governativa, com o término do I Governo Constitucional, e a inauguração de um governo de coligação e dois de iniciativa presidencial. Três programas governativos vigoraram, portanto, em 1978 e neles se faziam menção à importância e ao Leste europeu e do desenvolvimento das relações com esse mesmo bloco. Não obstante a referência nos programas, que consubstanciava a importância do comércio com o Leste europeu, eram também apontadas dificuldades. No programa do III Governo Constitucional é resumida a questão da balança comercial com o Leste, e menciona-se especificamente os dados da balança comercial com a RDA. A impreparação dos empresários portugueses na exploração dos mercados de leste, revelando dificuldades de acesso e negociação com os mesmos, iria exigir o apoio do Estado português e das suas missões diplomáticas para que as trocas fossem mais efetivas (Programa II Governo Constitucional, p.149, 1978), avaliação que se aplicava a questão comercial com a RDA em particular.

O trabalho da embaixada no ano de 1978 iria incidir na questão em torno da situação alemã, e o seu desenvolvimento. Em ofício enviado para Lisboa no início do ano, era dada conta das formas de cooperação entre as duas “Alemanhas” e seus objetivos e finalidades. Se, por um lado, a RFA mantinha o ideal da reunificação presente e fortalecido através das suas políticas de assistência financeira, o lado leste alemão parecia tirar partido dessas mesmas políticas para se fortalecer, ou pelo menos, manter a viabilidade da manutenção da RDA como Estado independente. O desenvolvimento de uma relação simbiótica baseada em três vértices, apoio, reivindicação e cedência, parecia caracterizar as relações entre os estados germânicos, conforme relato o oficial da embaixada portuguesa. O contributo da URSS para a situação inter-alemã também é alvo de análise, com a apresentação de três objetivos, que passavam pela manutenção do clima de distensão, o benefício económico do retirado pela estabilidade das relações entre os estados alemães, para o COMECON⁵⁵ e em particular o próprio benefício da URSS, e por fim, a estabilidade interna da RDA, importante para a coesão e segurança do bloco socialista (Ofício n.º 25, Embaixada em Berlim, 17-01-1978). Esta análise seria vertida em telegrama, aquando da tentativa de deslocação do Ministro de Estado da RFA, Hans-Jürgen Wischnewski⁵⁶, a Berlim Oriental, sendo impedido de entrar na capital leste-alemã (com a suspeita nos corredores diplomáticos que a interdição teria “mão” soviética. A promoção do clima de distensão conhecia o seu limite na ideia de reunificação e excessivo aprofundamento de relações entre a RDA e RFA, com a primeira a tentar obter contrapartidas capazes de alimentar as necessidades imediatas, em termos sociais ou económicos, da população da RDA (Telegrama, n.º 8, Embaixada em Berlim, 23-01-1978.). A recusa da entrada do ministro de Estado da RFA, sem a confirmação da intervenção soviética, seria adiada conforme relatado em telegrama, ao facto de Berlim Ocidental vir a ser palco de três reuniões de comissões parlamentares europeias (Telegrama n.º 9, Embaixada em Berlim 1978). Toda a tensão à volta de Berlim Ocidental revelaria, segundo as informações da Embaixada, o desejo de revisão do

⁵⁵ COMECON – Conselho para a assistência economia mútua. Este conselho era composto pelos países de economia planificada, fundado em 1949 e sendo extinto em 1991.

⁵⁶ Hans-Jürgen Wischnewski (1922-2005) foi um político que ocupou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da RFA

acordo Quadripartido sobre a cidade de Berlim, segundo obtenção de informações junto da Embaixada suíça, a realização de contactos secretos entre as autoridades da RDA e RFA, sem, no entanto, se conseguir aferir a sua extensão e profundidade (Telegrama n.º 11, Embaixada em Berlim, 25-01-1978). A tensão em Berlim e nas relações inter-alemãs iria marcar o trabalho da Embaixada portuguesa em Berlim, bem como da Embaixada em Bona e do Consulado em Berlim Ocidental, oferecendo a Lisboa um retrato momentâneo das incidências, que serão versadas e analisadas no próximo capítulo.

Este ano teria ainda como grande destaque as relações entre a neutral Áustria e a RDA, e o empréstimo ao estado leste-alemão no valor de 6 biliões de xelins austríacos, bem como visita do seu chanceler, ao território leste alemão.

No campo bilateral, ficará para o capítulo IV, a avaliação da progressão da balança comercial entre os dois países, considerando esta ter sido desfavorável a Portugal no ano anterior.

Destaque especial, para no final do ano, em momento relacionado com a Associação de Amizade Portugal-RDA, o Presidente da mesma associação, João de Freitas Branco⁵⁷, ter sido agraciado com um doutoramento *Honoris Causa*, pela Universidade de Humbolt de Berlim. Em relação a este evento, o embaixador reportaria que a mesmo havia decorrido “nos termos habituais, sem assumir, quaisquer aspectos de destacadamente implicações políticas” (Ofício n.º 425, Embaixada em Berlim, 06-12-1978)

3.3 Mudança de Embaixador e Visitas à RDA

O ano de 1979 seria ano de eleições em Portugal, ainda de que se revestissem de carácter excecional, em virtude de imperativo constitucional. Em agosto, o presidente

⁵⁷ João Freitas Branco (1922-1989) foi um musicólogo e matemático português

Eanes daria posse ao V Governo Constitucional, que teria como principal desígnio a organização do processo eleitoral. Não obstante o seu principal desígnio, e a sua curta duração (terminaria a 3 de janeiro de 1980), o seu programa para a política externa versava a contribuição de Portugal para o desanuviamento no plano internacional, sem oferecer referências contundentes em relações bilaterais com o leste europeu (Programa V Governo Constitucional, p.11, 1979).

3.3.1 Mudança de Embaixador

O ano diplomático ficaria marcado pela substituição do embaixador Rui Medina, que terminava as suas funções em Berlim, sendo nomeado para o efeito, o embaixador Augusto Coelho Lopes⁵⁸. Na cerimónia de despedida do Embaixador Rui Medina, com diversas autoridades da RDA, seria feita a menção à questão da efetivação de uma visita oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal àquele país, bem como o desejo do aprofundamento das relações entre os dois países. (Telegrama n.º 12, Embaixada em Berlim, 31-01-1979).

Até a entrega de credenciais do embaixador Coelho Lopes, iria decorrer a Feira de Leipzig, na qual Portugal iria participar, ainda que com uma modesta representação. Conforme indicado em telegrama, o *stand* português era organizado pelo Fundo de Fomento da Exportação com vista a assessorar os empresários portugueses (Telegrama n.º 26, Embaixada em Berlim, 13-03-1979). Seria notado a especial atenção que a representação portuguesa haveria de receber, em detrimento das representações de outros países ocidentais, sendo visitada por Erich Honecker e Willi Stoph. Por motivos de saúde, o novo embaixador não seria imediatamente recebido por Erich Honecker ou por Willi Stoph, sendo-o pelo vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Herbert Krolkowski⁵⁹. Da reunião de apresentação seriam retiradas algumas informações tidas

⁵⁸ Augusto Coelho Lopes (1922 – s.d.) Diplomata

⁵⁹ Herbert Krolkowski (1924-2012) foi um político que desempenhou o cargo de vice-ministro dos negócios estrangeiros da RDA entre 1975 e 1990

como extremamente importantes para as relações bilaterais entre os países, e uma possível interpretação das mesmas, por parte do novo embaixador em Berlim. Foi reiterado o desejo de o titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros português visitar a RDA oficialmente, bem com o estabelecimento de contactos oficiais para troca de impressões com vista a preparar a participação de ambos os países na Conferência de Madrid⁶⁰. Do lado português seria apresentado o desejo de maior entrosamento no relacionamento económico entre os dois países e a necessidade de equilibrar a balança comercial, que se mantinha desfavorável para Portugal. O próprio embaixador Coelho Lopes abordaria o tema da maior cooperação industrial, e a questão da exportação de lenhite pela RDA, amplamente utilizada como matéria-prima energética (Telegrama n.º 31, Embaixada em Berlim, 28-03-1979).

Apesar da deriva para o campo económico, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da RDA voltaria ao tema da visita de Estado, chamando a “atenção para o facto de ministros dos negócios estrangeiros de países intimamente ligados a Portugal haviam visitado RDA” e até ironizando com o convite realizado ao homólogo espanhol, que já havia agendado visita, apesar de o convite ter sido muito posterior (Telegrama n.º 31, Embaixada em Berlim, 28-03-1979). O embaixador iria exprimir a Lisboa a sua opinião: o convite formal da RDA deveria ser atendido, por forma a que não fosse gerada uma ideia negativa “em matéria de contactos oficiais”, e que Portugal colhia um apreço considerável por parte daquele país (Telegrama n.º 31, Embaixada em Berlim, 28-03-1979). A apresentação formal de credenciais a Erich Honecker ocorreu ainda no mês de abril, formalizando-se o desejo de maior aprofundamento das relações entre os dois países apesar das diferenças profundas entre os dois regimes, o que, de resto, seria sublinhado pelo político leste alemão. O embaixador iria reiterar o cuidado e atenção em relação aos assuntos com Portugal e com a missão diplomática. Em matéria de relações económicas, Honecker iria confidenciar ao embaixador português que a situação da balança comercial desfavorável iria ser revista nos critérios de importação

⁶⁰ A Conferência de Madrid, 1980-1983, ocorreu no âmbito da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia e visou o momento das relações, com a degradação aumento das tensões Leste-Oeste no início dos anos 80.

aquando da realização do novo plano quinquenal da RDA (Telegrama n.º 57, Embaixada em Berlim, 20-04-1979). Por sua vez, a entrevista realizada com Oskar Fischer, titular do Ministério dos negócios Estrangeiros da RDA, seria mais contundente. O Ministro Oskar Fischer iria incidir no tema da não visita do seu homólogo àquele país, argumentando que já haviam sido realizadas pelas autoridades portuguesas visitas oficiais a outros Estados socialistas, referindo-se o embaixador, ao tom irónico utilizado. Ao contrário das outras conversas efetuadas, onde primou a cortesia, esta reunião foi encarada com realismo por parte do ministro Fischer, defendendo que todos os domínios das relações dos países deveriam ser explorados, sem privilegiar a área económica, que, como já referido, pautava-se por um quadro desfavorável para Portugal (Telegrama n.º 58, Embaixada em Berlim, 23-04-1979). A ronda de entrevistas seria terminada com audiência com Willi Stoph, de carácter predominantemente geral, conforme informação inserta em telegrama.

Em junho, o embaixador Coelho Lopes dá nota do interesse de Kurt Nier, sobre a situação política portuguesa, nomeadamente a curta duração do Governo dirigido por Primeiro-Ministro Nobre da Costa. Os ecos da situação política verteram nos órgãos de comunicação social da RDA, em particular no *Neues Deutschland*, com uma notícia produzida pelo correspondente deste órgão em Lisboa, Klaus Steiniger, tida como “capciosa”, e outras dando conta da reação do PCP à situação política, dando-se conta da disponibilidade de dialogar com PS e com outros partidos com vista a criar maioria governativa, e, até mesmo, eleições antecipadas (Telegrama n.º 115, Embaixada em Berlim, 16-06-1979).

3.3.2 Visitas portuguesas à RDA

A situação política em Portugal e o interesse demonstrado pelas autoridades da RDA seria a antecâmara para a visita de algumas personalidades do PCP aquele país. A

primeira visita reportada pela Embaixada portuguesa seria a de Octávio Pato⁶¹ (Telegrama n.º 139, Embaixada em Berlim, 09-07-1979), que se encontraria com o Secretário do SED Gerhard Grueneberg⁶² sendo noticiada no órgão de comunicação social *Neues Deutschland*, na senda de artigos públicos aquando de visitas de outros membros de partidos comunistas, de destacada importância. Seria reportada ao MNE novamente, agora por intermédio de ofício, a visita de uma delegação do PCP, presidida por António Gervásio⁶³, para debater assuntos da área da agricultura. Em simultâneo, também se deslocaria a RDA, em concreto Magdeburgo, Osvaldo Castro⁶⁴, membro do Comité Central do PCP. O embaixador iria sublinhar no documento, de forma a transparecer perplexidade, esta afluência de visitas, de cariz político, em tão pouco tempo (Ofício n.º 180, Embaixada em Berlim, 28-06-1979). E outubro seria a vez de Dinis Miranda⁶⁵ se deslocar à RDA, apesar de se tratar de uma viagem de férias, seria recebido por Hermann Axen, e trocariam impressões sobre a situação política portuguesa e os momentos eleitorais que se avizinhavam (Telegrama n.º 202, Embaixada em Berlim, 18-10-1979).

3.3.3 Visitas do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros à RDA

Em agosto de 1979 seria preparada a visita do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Português, Paulo Ennes⁶⁶, a convite de Kurt Nier, com vista uma troca de impressões e à preparação da Conferência de Madrid, que iria ocorrer no ano a seguir. A visita, organizada entre as autoridades da RDA e a Embaixada portuguesa, seria tratada com minúcia conforme documentação expedida pela missão diplomática portuguesa. O encontro entre o secretário de Estado e as autoridades leste-alemãs iria

⁶¹ Octávio Pato (1925-1999) foi um político e ativista português, membro do PCP

⁶² Gerhard Grueneberg (1921-1981) foi um político alemão, membro SED

⁶³ António Gervásio (1927-2020) foi um político português, membro do PCP

⁶⁴ Osvaldo Castro (1946-2013) foi um político português, membro do PCP, e mais tarde, do PS.

⁶⁵ Dinis Miranda (1929-1990) foi um político português, membro do PCP

⁶⁶ Paulo Ennes (1935-) é um advogado, diplomata e político português que ocupou o cargo de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do V Governo Constitucional

ocorrer a 12 de novembro. O encontro iria ocorrer em dois momentos, existindo um encontro com Kurt Nier e outro com Werner Krolikowski.

O primeiro encontro, para além da troca de impressões relativas a assuntos relativos à situação internacional e aos preparativos da Conferência de Madrid, iria incidir no desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois países. Paulo Ennes entraria no tema explicitando as prioridades da política externa portuguesa, cujos princípios orientadores seriam a adesão ao Mercado Comum, a diversificação de relações com os diversos países e o aprofundamento e melhoramento das relações com os países da África lusófona, segundo Ennes, estas prioridades não se alterariam mediante resultado eleitoral de 2 de dezembro de 1979. Kurt Nier responderia, apresentando o quadro evolutivo das relações entre os dois países, que apesar do desenvolvimento inicial muito rápido, o encaminhamento posterior não haveria sido o mais desejável, manifestando igualmente o apreço no apoio dado por Portugal a candidatura da RDA ao Conselho de Segurança da ONU; bem como o ensejo de promover a assinatura de um Acordo Consular e Cultural. Nesta reunião teria a palavra igualmente o embaixador Lopes Coelho, com intervenções concisas em matéria de acordos, exprimindo que a prioridade portuguesa no momento seriam os países africanos de língua oficial portuguesa, e por questões relativas à representação dada a Portugal pelos órgãos de comunicação social, e pela rejeição de visto a um trabalhador português. No que diz respeito ao *Neues Deutschland*, o embaixador mencionou uma notícia produzida pelo correspondente deste em Portugal, onde associava a morte de dois agricultores portugueses a forças reacionárias, tentando desacreditar as forças de esquerda, e as instituições democráticas (Telegrama n.º 193, Embaixada em Berlim, 16-10-1979). Kurt Nier reagiria de forma evasiva, respondendo que a imprensa portuguesa também oferecia uma representação errónea da RDA, e que a rejeição de vistos era transversal a todas nacionalidades, rematando que estes assuntos não se encontravam na agenda de trabalho. A segunda reunião, com Werner Krolikowski, iria incidir maioritariamente sobre a Ata Final de Helsínquia e Conferência de Madrid, com destaque para as afirmações do secretário de Estado Paulo Ennes, fazendo alusão as diferentes sensibilidades para as questões do desarmamento do povo português em

relação ao povo leste-alemão. Por fim, era esperado pela RDA, a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros aquele país, com vista ao aprofundamento das relações (Ofício n.º 305, Embaixada em Berlim, 16-11-1979).

3.3.4 Visita de Parlamentares Portugueses e Semana da RDA

Para além da visita do secretário de Estado Paulo Ennes à RDA, iria decorrer a visita de parlamentares portugueses à RDA, enquadrada num convite realizado pela Liga de Amizade para os Povos a vários países da Europa Ocidental. As delegações seriam recebidas por Horst Sindermann, ainda que toda a visita seria envolta em secretismo, conforme explanado pelo Embaixador Coelho Lopes, afirmando que apenas conheceria a composição da delegação portuguesa após o término da visita, e que a mesma iniciativa só havia sido noticiada, após a conclusão da mesma, nos órgãos de comunicação social da RDA (Ofício n.º 111, Embaixada em Berlim, 16-04-1979).

Haveria de ocorrer a Semana da RDA em Portugal, em meados de abril, contando com 25 mil visitantes, saldando-se num êxito pela associação de amizade Portugal-RDA, conforme informação inserta em telegrama da Embaixada portuguesa (Telegrama n.º 49, Embaixada em Berlim, 13-04-1979). A semana centrou-se no 30.º aniversário do país e nas suas realizações, deslocando-se a Portugal Gerald Gotting⁶⁷, vice-Presidente do Conselho de Estado da RDA, que se havia de encontrar com o Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos. Marcariam igualmente presença na semana da RDA, três figuras destacadas do período pré-constitucional português: o General Costa Gomes, o Brigadeiro Vasco Gonçalves e o Almirante Rosa Coutinho. Toda esta informação haveria de ser noticiada e publicada pelo *Neues Deutschland* (Telegrama n.º 41, Embaixada em Berlim, 05-04-1979).

⁶⁷ Gerald Gotting (1923-2015) foi um político que ocupou o cargo de vice-presidente do Conselho de Estado da RDA entre 1963 e 1989.

3.3.5 O Caso José Carvalho

A referência anterior à situação envolvendo o visto de um cidadão português remete para o problema que envolveu um emigrante português chamado José Carvalho.

Carvalho era um cidadão português que viu negado o seu visto de entrada na RDA, para encontrar-se com a sua companheira, que estava grávida. O caso ganhou maior destaque a através do protesto do português junto do muro de Berlim, que colheu a atenção dos órgãos de comunicação social de Berlim Ocidental. José Carvalho iria solicitar apoio ao Consulado português em Berlim, que remeteria o assunto para a Embaixada em Berlim Oriental, que haveria de dar a devida atenção ao mesmo. Avaliação produzida pela Embaixada portuguesa, baseava-se no pedido de autorização formulado pelo português as autoridades da RDA para casar com a sua companheira que era cidadã leste-alemã, e da possibilidade de após efetuado o casamento, fosse submetido o pedido desta para abandonar o país (Ofício n. º 298, Embaixada em Berlim, 09-11-1979). A atitude das autoridades leste-alemãs levaram a Embaixada portuguesa em Berlim a contactar e a interceder pelo cidadão português, sendo mesmo o caso mencionado aquando da visita do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Paulo Ennes.

3.4 A política externa da RDA – entre o Terceiro-Mundo e a África lusófona

A Embaixada portuguesa em Berlim Oriental iria seguir atentamente a política externa da RDA para o Terceiro Mundo e, em especial, para as relações que iria estabelecer com os antigos territórios portugueses que haviam conhecido as suas independências nos anos de 1974 e 1975.

3.4.1 Estabelecimento de relações com a África lusófona

Os países que haviam adquirido a sua independência nos anos 70 seriam um território fértil em matéria de estabelecimento de relações diplomáticas por parte da RDA. Muitos movimentos de libertação assumiriam os destinos dos novos países, recebendo apoio de diversos estados europeus, onde se incluíam países do bloco socialista, na área da saúde, educação e técnica. O mesmo aconteceria com os territórios africanos sob domínio português, que a RDA acompanharia especialmente em 1975.

A descolonização estava associada à situação e à convulsão política portuguesa, sendo fator de dissensão no quadro revolucionário. A independência das duas maiores colónias portuguesas foram dois processos seguidos com alguma atenção pelas autoridades da RDA. No caso de Moçambique, cuja independência seria concedida a 25 de junho de 1975, dois dias depois da efeméride, seriam enviados órgãos de comunicação social da RDA (*Neues Deutschland*) até ao país recém-independente a fim de entrevistar o Presidente Samora Machel⁶⁸ (Ofício n.º 165, Embaixada em Berlim, 09-07-1975). Do teor da entrevista destacam-se as palavras de Machel, quando refere que “a RDA nos apoia desde o princípio e também nas situações e tempos difíceis na luta armada e na construção nacional” (Ofício, n.º 165, Embaixada em Berlim, 09-07-1975). A categorização da RDA como um parceiro fundamental da independência fica selada quando Machel remata a entrevista com o formal envio de cumprimentos ao povo leste-alemão, e em particular à direção do partido (SED). A colocação da independência nacional no rumo de um “internacionalismo glorioso”, nas palavras de Machel, remete de forma clara para as opções políticas do novo país, e em parte a forma como se desenvolveriam as relações com Portugal, a montante. A 21 de agosto de 1975, seria assinado pelos dois países um Acordo de Cooperação Económica, Técnica e Científica (Ofício n.º 213, Embaixada em Berlim, 29-08-1975).

⁶⁸ Samora Machel (1933-1986) militar e político moçambicano, que ocupou o cargo de Presidente da Moçambique entre 1975 e 1986.

No caso de Angola, cujo território seria independente a 11 de novembro de 1975, processo que seria o mais complexo. Os contactos do SED com o MPLA⁶⁹ foram documentados pela Embaixada portuguesa em Berlim ainda antes da independência, como a visita de dirigentes do partido à RDA (Ofício n.º 213, Embaixada em Berlim, 29-08-1975). A embaixada portuguesa dá nota do crescente interesse leste-alemão em África, pretendendo a extensão das ondas médias e longas para que as radiodifusões leste alemãs abrangessem os territórios africanos (Ofício n.º 213, Embaixada em Berlim, 29-08-1975). O reconhecimento da independência de Angola seria imediato, sendo expedido da embaixada portuguesa em Berlim para Lisboa a informação do reconhecimento e do envio de um embaixador especial para o país, Werner Dordan (Telegrama n.º 152, Embaixada em Berlim, 12-11-1975).

O reconhecimento imediato da independência de Angola mereceu atenção especial do embaixador Rui Medina, que assina o Ofício n.º 284, de 14 de novembro de 1975, em que aborda a independência da antiga colónia portuguesa. Nele Medina destaca a importância que a independência mereceu nos órgãos de comunicação social e de igual forma, as referências a Portugal, em que os meios “salientaram em geral as teses formuladas pelos sectores da opinião pública mais favoráveis àquele movimento de libertação” (Ofício n.º 284, Embaixada em Berlim, 14-11-1975). É também indicado o apoio total às políticas do MPLA, bem como o estabelecimento, no próprio dia da independência, das relações diplomáticas e a consequente troca de embaixadores (Ofício n.º 284, Embaixada em Berlim, 14-11-1975).

No final do ano de 1975, e segundo a Embaixada portuguesa em Berlim Oriental, era veiculado pela imprensa de Berlim Ocidental, e reportada por autoridades sul-africanas, a presença de militares da RDA em Angola. Rui Medina refere que apesar de não conseguir uma posição oficial ou informação fidedigna, tudo levaria a indicar que tal presença militar não se verificava (Ofício n.º 318, Embaixada em Berlim, 26-12-1975). É renovada a indicação do interesse que existia por parte da RDA nas antigas colónias

⁶⁹ Movimento de Libertação Popular de Angola é um partido político que iniciou a sua atividade como sendo um movimento de libertação.

portuguesas, destacando-se o apoio militar a Angola num quadro de cooperação técnica, indo ao encontro da política soviética para os países que se haviam tornado independentes recentemente (Ofício n.º 318, Embaixada em Berlim, 26-12-1975).

3.4.2 O Terceiro-Mundo como hipótese

A não apresentação de diretrizes e/ou orientações em matéria de política externa no 9.º Congresso do SED chamou à atenção das diversas missões diplomáticas na RDA como atrás foi referido. Conforme é descrito pela Embaixada portuguesa, a discussão surgida levou a uma análise da política externa da RDA, colocando-se como hipótese, e atendendo à constante reiteração do internacionalismo proletário, que a este país viesse a desenvolver a sua política externa nos países de Terceiro Mundo, utilizando como exemplo para sustentar essa tese, o apoio conferido a Angola (Ofício n.º 166, Embaixada portuguesa em Berlim, 02-06-1976). Este quadro seria o mais plausível, devido “a uma posição estritamente defensiva, perante a República Federal” e que “a dinamização ideológica que certos doutrinadores reputam essencial, na presente conjuntura, política interna da RDA, vir a encontrar adequada realização no Terceiro Mundo”, ideias constantes no Ofício. A avaliação das relações com a aliada URSS não seria a mais positiva, devido ao facto de a RDA ocupar uma posição de relevo em termo económicos, e da URSS ter um *deficit* comercial considerável em relação à RDA. Facto também avaliado pela embaixada portuguesa é uma das deliberações do XXV Congresso do PCUS, realizado entre 24 de fevereiro e 5 de março de 1976, que teriam respaldo na RDA, nas quais se defendiam a normalização das economias do bloco socialista, promovendo o seu equilíbrio, e por sua vez, a imposição de colocar sobre a RDA o encargo de promover um vasto auxílio económico aos países do Terceiro Mundo, em nome dos países socialistas, “por óbvios imperativos de internacionalismo proletário” e “mediante atribuição de encargos especiais aos mais favorecidos” (Ofícios n.º 166, Embaixada portuguesa em Berlim, 02-06-1976).

Para além do interesse no processo de descolonização portuguesa, em nome do internacionalismo proletário e solidariedade com os povos em luta ou já libertados do poder colonial, a política externa da RDA de apoio aos novos países revelou continuidade.

O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Pedro Pires, deslocar-se-ia em visita oficial à RDA, entre os dias 2 e 4 de fevereiro de 1976, conforme ofício expedido pela embaixada portuguesa em Berlim. As autoridades de Cabo Verde iriam exprimir o agradecimento do apoio prestado ao PAIGC e seria assinado um acordo de cooperação económica e científica e prestado um auxílio económico no valor de 1,5 milhão de marcos orientais. No mesmo ofício é relatado o franco interesse da RDA naquela região africana, dado comentado entre o embaixador português e restantes colegas das missões diplomáticas naquele país (Ofício n.º 28, Embaixada em Berlim, 05-02-1976).

No mês de junho haveria de ser reportado pela Missão Permanente Portuguesa nas Nações Unidas o comunicado de imprensa da Missão Permanente da RDA, relativamente da visita do “vice-Primeiro-Ministro” da RDA a Angola, onde seriam celebrados acordos de cooperação entre o SED e o MPLA, e também, acordos nas áreas científicas, culturais, técnicas, comerciais e de navegação aérea entre os governos. Seria veiculado também o convite ao Presidente Neto, para visitar a RDA (Ofício n.º 1153, Missão permanente de Portugal na ONU, 07-07-1976). Para além dos acordos, também seria mencionado no comunicado as impressões trocadas relativamente a situação na África austral, em particular na Namíbia, Rodésia (Zimbabué) e África do Sul.

No final do ano de 1976, o presidente Luís Cabral da Guiné-Bissau iniciaria um périplo de visitas, iniciado pela RDA, onde se previa pela embaixada portuguesa em Bissau a assinatura de acordos de cooperação (Telegrama n.º 359, Embaixada em Bissau, 11-11-1976). A assinatura dos referidos acordos seria confirmada por telegrama expedido pela embaixada portuguesa em Berlim, com referência à assinatura de acordos de cooperação cultural, económica, consular, técnico-científica, assistência em matéria judiciária e assistência financeira no valor 4 milhões de marcos orientais (Telegrama n.º 93, Embaixada em Berlim, 18-11-1976). A visita de Oskar Fischer a Moçambique, em dezembro de 1976, visaria o aprofundamento das relações entre os dois países, bem

como a discussão de questões da África austral, em particular na Namíbia, Rodésia (Zimbabué) e África do Sul, garantindo o apoio leste alemão aos movimentos de libertação e insurgentes contra o segregacionismo racial ativo nestas regiões do continente africano. Do lado moçambicano, ficou o agradecimento pelo papel dos países socialistas à distensão internacional, bem como o auxílio prestado ao país na transição para o socialismo (Telegrama n.º 101, Embaixada em Berlim, 13-12-1976).

3.4.3 Apoio em África e abertura ao Médio Oriente

A intensa atividade diplomática da RDA não era anotada somente pela Embaixada portuguesa em Berlim, sendo reportadas ações por intermédio de outras embaixadas. A Embaixada de Portugal em Paris iria retratar o apoio dado a vários países africanos, continuando sempre na ordem do dia as relações com os países africanos, a questão namibiana, a da Rodésia e do regime segregacionista sul-africano, pontos quentes da África austral, nos quais a RDA foi exercendo influências e declarando apoios. A antiga colónia portuguesa de Angola, um território de especial enfoque, contou com apoio substancial-leste alemão (Telegrama n.º 572, Embaixada em Paris, 14-04-1977).

Em matéria de relações com a África lusófona, seria completo o rol de ex-colónias portuguesas também com a aproximação a São Tomé e Príncipe, com a visita do seu Presidente à RDA. Seria assinado um acordo de comercial a logo prazo com Moçambique, e seria estabelecida uma linha aérea direta entre Berlim e Luanda. Era notado pelo Embaixador Rui Medina, que a RDA era o país do Pacto de Varsóvia com maior intervenção em África, enfatizando esse interesse nas antigas colónias portuguesas, nos países banhado pelo Mar Vermelho e o apoio, já repetidamente mencionado, aos movimentos nacionalistas namibianos e zimbabueanos (Telegrama n.º 43, Embaixada em Berlim, 22-04-1977). Poucos dias depois, e igualmente por telegrama, a embaixada dava conta de um incidente diplomático entre a RDA e o Zaire, que contrastava com a política leste alemã para a África, especulando que este incidente havia sido provocado por autoridades da África de Sul. O Embaixador iria referir com

destaque, que ainda antes do estabelecimento da linha aérea entre Berlim e Luanda, já existia tráfego aéreo marítimo e aéreo especial entre a RDA, Angola e Moçambique, com o transporte de “donativos solidários, a rondar as 392 toneladas de material (Telegrama n.º 51, Embaixada em Berlim, 05-05-1977). Em maio, a RDA irá estender as suas relações ao extremo oriente, assinando um tratado de amizade com a Mongólia e recebendo uma delegação da República do Laos. No mesmo mês, em Moscovo, iria decorrer ocorrer a 80.ª sessão do Comité Executivo do Conselho de Auxílio Económico Mútuo onde seria proposto o aumento da assistência prestada aos países que haviam integrado recentemente a esfera socialista, entre os quais Angola. Nesta sessão, a RDA também iria granjear um amplo reconhecimento pelo apoio prestado ao desenvolvimento da Mongólia e do Laos (Ofício, n.º 192, Embaixada em Berlim, 20-05-1977).

A política externa promovida pela RDA, em consonância com a política do bloco socialista, procurava “a possibilidade de aquilatar o auxílio prestado (...) a zonas vulneráveis à fermentação revolucionária”, como era o caso do apoio a juntar militar que havia tomado o poder na Etiópia, ou o Iémen e Angola (Ofício n.º 224, Embaixada em Berlim, 21-06-1977). Para além dos palcos africanos, o Médio Oriente e a causa palestiniana seriam alvo da atenção leste-alemã, numa postura declarada e solidária com os países árabes, com uma política de cooperação a vários níveis e assistência financeira. Esta política encontraria respaldo nos órgãos de comunicação social de diversos países africanos, onde a postura leste-alemã foi louvada, pela sua amplitude e profundidade em matéria de cooperação e assistência, incluindo-se aqui a imprensa angolana (Ofício n.º 237, Embaixada em Berlim, 04-07-1977).

A Embaixada portuguesa em Berlim daria nota da visita de uma delegação etíope à RDA, dando conta da profundidade e extensão da política externa leste-alemã para África. A situação particular da Etiópia, país no qual se havia verificado uma mudança de regime por força das armas, contava com largo apoio da RDA em vastas áreas. Dando prossecução a uma política externa interventiva, a cooperação militar também entraria na equação, caso existisse uma reação agressiva dos países limítrofes da Etiópia (Ofício n.º 262, Embaixada em Berlim, 20-07-1977). A contínua produção documental relacionada com a política externa em relação a África continua, agora desta vez com a

visita do Presidente da República Democrática do Congo à RDA. O remate do ofício onde estava inserta esta informação, em jeito de conclusão afirmava o contributo desta visita “para sublinhar o interesse posto pela República Democrática no desenvolvimento das suas relações com os Estados Africanos, já referidos em anteriores informações desta missão” (Ofício n.º 370, Embaixada em Berlim, 16-10-1977).

Para além das áreas mencionadas, a RDA investiria também nas relações com um dos maiores produtores de petróleo à época. Atendendo à dependência deste país, bem como da Polónia e da Checoslováquia, e ao aumento de preços levado a cabo pela URSS e o não alargamento da cota de fornecimento, bem como à sua dívida externa, a RDA iria procurar tornar o Irão seu fornecedor. Este país do Médio Oriente era flexível em termos de pagamentos, o que se apresentava benéfico para a RDA, por esta ter capacidade em matéria comercial de acomodar esses mesmos pagamentos. Os países haviam estabelecido relações diplomáticas em 1972 e assinado diversos acordos e um convénio (Ofício n.º 407, Embaixada em Berlim, 14-11-1977).

Em suma, este seria o retrato geral em matéria de política externa da RDA, que iria merecer destaque por parte da missão diplomática portuguesa em Berlim, com especial destaque para ao desenvolvimento e aprofundamento das relações com as antigas colónias portuguesas, e o apoio aos movimentos nacionalistas da África austral, o que parecia corresponder a uma matriz associada ao Pacto de Varsóvia. A RDA, conforme a documentação produzida pela Embaixada portuguesa, revelar-se-ia a maior subsidiária nesse vetor de expansão de influência no continente africano e no Médio Oriente.

3.5 A questão alemã pela Embaixada portuguesa

As relações diplomáticas estabelecidas entre Portugal e a RDA, a 20 de junho de 1974, apesar de concorrerem para o espírito de abertura nacional ao mundo e de permitir explorar em especial os mercados do bloco socialista, encontraram em alguns momentos obstáculos de cariz político e ideológico. As relações com a RDA, com todo o

seu cariz especial e projeção que se pretendia, do lado português e em concreto na vertente económica, ficariam reféns das relações nevrálgicas de Portugal com a RFA, em matéria económica e em matéria de diáspora, concentrando-se na Alemanha Federal uma comunidade significativa de portugueses.

3.5.1 Reportes, incidências e interpretações

A situação entre a RDA e RFA, alvo de revisão no capítulo 2, seria igualmente alvo de atenção por parte da representação portuguesa em Berlim Oriental, e igualmente pela Embaixada em Bona e pelo Consulado em Berlim Ocidental, como já foi referenciado no capítulo anterior. Se as incidências da política externa da RDA eram reportadas e seguidas com muita atenção, as questões tendentes à reunificação, relação inter-alemã e acerca de Berlim, seriam também reportados a Lisboa, num quadro de reprodução fiel, *in loco*, dos acontecimentos e incidências que marcavam estes temas. Os reportes nunca perderiam de vista a antecâmara do Acordo Quadripartido e da Ata Final de Helsínquia.

No ano do estabelecimento de relações 1974, um dos primeiros reportes da embaixada, antes de o embaixador Rui Medina iniciar funções, iria residir nas alterações elaboradas na Constituição leste-alemã com o objetivo de remover todos os termos e fraseologia que remetesse a união alemã (Telegrama n.º 20, Embaixada em Berlim, 27-09-1974). Atendendo ao rápido estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a RDA, era de todo natural a existência de parca documentação relativa aos assuntos “alemães”. Contudo, no ano a seguir, 1975, coma profusão documental com o objetivo claro de documentar Lisboa relativamente à organização política e social da RDA, seria incontornável não destacar as relações inter-alemãs e a questão de Berlim.

A Embaixada portuguesa em Berlim daria nota, em meados de 1975, da possibilidade de ocorrer um encontro, ainda que de carácter não oficial, entre Honecker e Schmidt, durante a Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, ainda que de carácter não oficial. A Embaixada daria a ideia que existia um cuidado especial no

tratamento da questão de Berlim, sendo por vezes evitada, devido ao estatuto que advinha do Acordo Quadripartido. Por sua vez a questão humanitária e cultural teria especial destaque, porque se verificava à data um aumento significativo de deslocações e autorizações para entrar na RDA, tanto a nível de cidadãos de Berlim Ocidental como da RFA. No quadro comercial, a RDA parecia tornar-se dependente da RFA e veria as suas exportações diminuírem. Não obstante a situação da balança comercial, negativa para o estado leste-alemão, os créditos oriundos da RFA e as trocas comerciais com Berlim Ocidental tornaram-se significativas para a economia da RDA, bem como os pagamentos por parte da Alemanha Federal que possibilitavam o movimento de pessoas e as trocas comerciais (Ofício n.º 180, Embaixada em Berlim, 21-07-1975). Este encontro entre Honecker e Schmidt seria confirmado pela própria Embaixada, ocorrendo em julho de 1975 e iria ao encontro da previsão adiantada, com Berlim a não ser alvo de discussão, ainda que a reunião tivesse ganho carácter oficial, com os ministros dos Negócios Estrangeiros de cada Alemanha a reunirem igualmente. Da reunião sairia o compromisso da RFA em triplicar os pagamentos pela utilização dos acessos a Berlim Ocidental, o que seria benéfico para a RDA, para fazer face aos aumentos dos preços das matérias-primas que se havia verificado no ano de 1975. A não discussão da questão de Berlim afigurava-se positiva para a RDA, tirando benefício de Berlim Ocidental se apresentar como uma terceira “entidade geográfica”, não esvaziando de sentido e conteúdo o Acordo Quadripartido de 1971 (Ofício n.º 191, Embaixada em Berlim, 04.08-1975).

Ainda decorrente do encontro de Honecker e Schmidt, a Embaixada dava a conhecer algumas informações relativas a Berlim, ao Acordo Quadripartido e aos receios da RDA. O acordo visava apenas o lado ocidental de Berlim, visto que Berlim Oriental estava completamente integrada no território leste-alemão, por cedência da URSS, e consagrado na Constituição de 1955 daquele país, ao contrário de Berlim Ocidental, território sob ocupação das potências ocidentais. Contudo, e não existindo abertura por parte do Senado de Berlim Ocidental em assinar acordos com a RDA, a parte leste alemã sempre beneficiou com os investimentos promovidos pela RFA em matéria de acessibilidades deixando para discutir com aquele Senado questões não menos

relevantes, em matéria financeira (Ofício n.º 205, Embaixada em Berlim, 20-05-1975). A postura ambivalente da RDA demonstrava a importância do *status* de Berlim Ocidental, tanto pelo pendor económico, como pela sua posição em relação à RFA, que se quis sempre “independente”. O próprio Tratado de Moscovo⁷⁰, assinado entre a URSS e RFA em 1970, não abrangia Berlim Ocidental.

Ainda que Berlim Ocidental se revelasse um foco de tensão entre as duas “Alemanhas” a política de desanuviamento continuou, com a preparação de um Acordo de cooperação técnica e científica entre a RFA e a URSS, com a primeira a querer a aplicação e validade dos mesmos sobre Berlim Ocidental. Independente das diversas interações entre as autoridades da RFA e RDA, e da cooperação económica entre os dois estados, o clima de distensão aparentava já oferecer consequências políticas. Segundo ofício da embaixada, “as consequências políticas de tais contactos sejam no plano comercial quer humano – não carecerão, por certo, de ser salientadas; sobretudo levando em conta que a própria divulgação local dos acordos de Helsínquia veio reforçar uma tendência para a abertura ao ocidente particularmente entre as novas gerações”, o que promoveu uma onda de reivindicações e exigências ao nível da qualidade de vida (Ofício n.º 236, Embaixada em Berlim, 22-09-1975). Esta aparente abertura e entendimento com a RFA levaria o aparelho político da RDA a endurecer a sua postura, deu-se um reforço ideológico por forma a fazer frente à “invasão capitalista”. Para o efeito, a assinatura e ratificação de um novo tratado de amizade cooperação entre a RDA e a URSS, já referido no capítulo anterior, com o claro objetivo de promover o “crescente estreitamento das relações com a URSS, designadamente ao que respeita à paz internacional, ao desencorajamento da agressão do comunismo da RDA” e principalmente, reafirmar a impossibilidade de ocorrer a “reunificação entre dois estados, socialista e capitalista” ,e, por fim, “excluir quaisquer laços políticos entre a República Federal e os setores ocidentais da cidade” (Ofício n.º308, Embaixada em Berlim, 11-12-1975) . Apesar do endurecimento da posição da RDA, e da reafirmação do

⁷⁰ O tratado de Moscovo foi assinado entre a RFA e URSS, em 1970, onde seriam reconhecidas as fronteiras do pós-II Guerra Mundial, ambos os países renunciavam ao uso da força e reconhecia-se a existência da República Democrática Alemã

alinhamento com o parceiro soviético, a Embaixada portuguesa concluía que o clima de distensão era uma realidade, muito devido ao facto de Berlim apresentar prementes necessidades financeiras supridas por Bona (Ofício n.º 308, Embaixada em Berlim, 11-12-1975).

A Embaixada portuguesa inicia o ano de 1976 a referir ao MNE as trocas comerciais entre a RDA e a RFA, haviam conhecido um incremento de 7 por cento. A RDA destacava-se em relação ao restante bloco socialista pelas condições especiais que norteavam as trocas comerciais entre os estados alemães e principalmente pela política de crédito da RFA à RDA, contrariando a trajetória dos demais países do COMECON, que geralmente veriam as suas exportações diminuir, observariam um aumento em matéria tecnológica em relação ao ocidente e o acréscimo do custo de matérias-primas, em concreto o petróleo (Ofício n.º 58, Embaixada em Berlim, 01-03-1976). Quanto ao plano humanitário a RFA iria procurar junto das autoridades da RDA procurar uma afinação das questões humanitárias advindas da divisão alemã e da divisão de Berlim. Contudo, ainda era visível da parte dos países socialistas uma atitude pouco conciliatória em relação à questão berlinense, conforme se demonstrava na documentação da Embaixada. O ponto-chave da posição soviética, pelo que entende a Embaixada portuguesa, centrava-se na ideia de que Berlim Ocidental não era uma unidade territorial na dependência da RFA, excluindo o território de todos os acordos e convénios assinados entre a RFA e o bloco socialista. Ainda assim, era notado pela Embaixada a postura da RFA em relação a Berlim Ocidental, estendendo muitas vezes as leis ao território, bem como capacitando os deputados berlinenses de voto no Bundestag. Na agenda para Berlim Ocidental, a diplomacia soviética teria como objetivos reduzir a presença federal, bem como reduzir a presença da Comunidade Económica Europeia (CEE) neste território. Contudo, a endurecida posição soviética em relação a Berlim Ocidental, encontrava brechas no seu bloco, com a RFA a propor à Polónia o fornecimento de energia a Berlim Ocidental, através do acordo económico celebrado entre Bona e Varsóvia, bem como a realização de um encontro técnico promovido pelas autoridades federais em Berlim Ocidental, contanto com delegações da Jugoslávia (apesar de ser um país não-alinhado), Roménia e Polónia. Concluía a

Embaixada, em relação aos países socialistas, “embora condicionadas por um mínimo de objetivos comuns, as atitudes assumidas pelos diversos governos em relação à cidade sejam sobretudo ligadas às vantagens económicas” (Ofício n.º 185, Embaixada em Berlim, 21-06-1976).

Outro tema enquadrado nas questões humanitárias prementes entre as duas “Alemanhas” seriam os acordos judiciais e os prisioneiros existentes nos dois estados (oriundos de um Estado e prisioneiro noutro). A tentativa de permutas de prisioneiros entre a RFA e a RDA, teria como proposta da parte leste alemã a troca dos mesmos por somas pecuniárias. Um número considerável destes prisioneiros haviam feito parte de organizações que colaboraram na fuga de cidadãos da RDA para a Alemanha Federal, o que, no quadro penal da RDA poderia configurar penas elevadas, entre as quais a de prisão perpétua. Bona já havia recusado este tipo de trocas, utilizando mercadorias no lugar de prestações pecuniárias, contudo, cada prisioneiro teria um preço associado em virtude da pena e do crime. Ainda que algumas trocas tivessem sido realizadas, com pagamentos efetuados por Bona, em vez de prisioneiros políticos, Berlim enviaria presos de delitos comuns, beneficiando da não existência de um acordo judicial abrangente (Ofício n.º 213, Embaixada em Berlim, 15-07-1976).

Apesar do desenvolvimento das relações inter-alemãs, associadas sempre e de certa forma com às relações entre a RFA e URSS, a Embaixada portuguesa mencionou na documentação expedida os detalhes dos obstáculos que surgiam a montante, muitas vezes relacionados com o não cumprimento do Acordo Quadripartido de 1971. O funcionamento das instituições da RFA e a aplicação de convénios internacionais, bem como as interações de Berlim Ocidental com a CEE eram incidências fortemente criticadas pela URSS. Contudo, conforme relato da Embaixada portuguesa, para o lado soviético a profusão das relações entre a URSS e a RFA deveria desenvolver-se à margem da questão de Berlim (Ofício n.º 226, Embaixada em Berlim, 30-07-1976).

As questões diplomáticas entre a RFA e a URSS tiveram respaldo na postura e propaganda da RDA em relação às relações inter-alemãs. O número de incidentes nas fronteiras inter-alemãs era significativo, envolvendo em número considerável cidadãos da RFA e os guardas fronteiriços da RDA, e igualmente cidadãos de outras

nacionalidades, o que era muitas vezes explorado pelos órgãos de comunicação social da RFA. Por volta de agosto, seria publicado no *Neues Deutschland*, um resumo das relações inter-alemãs e o seu ponto de situação. A Embaixada portuguesa enviaria para Lisboa a sua tradução e revelava a importância dada à mesma notícia, onde figuravam a ideia de que a fronteira entre a RFA e a RDA não era considerada pela primeira como uma fronteira internacional, mas sim uma fronteira estadual, bem como a questão das trocas comerciais entre ambos estados, “que as relações económicas entre a República Democrática Alemã e a República Federal da Alemanha, são de grande proveito mútuo e é graças a elas que muitos empregos em certas firmas da República Federal podem ser mantidos”, e premissas ideológicas, onde o sucesso socialista suplanta o capitalismo (Ofício n.º 236, Embaixada em Berlim, 12-08-1976).

E reportado pela Embaixada portuguesa, em setembro de 1976, um abrandamento das relações inter-alemãs, associados ao momento eleitoral na RFA nesse mesmo ano, conforme ficaria implícito nas palavras do embaixador Rui Medina no ofício expedido de Berlim “aproveitarei a oportunidade de um próximo encontro com o secretário de Estado Günther Gaus⁷¹ para apurar dele as razões essenciais para brusca mudança de comportamento, a qual não são seguramente alheias considerações ligadas à evolução do problema eleitoral em Bonn” (Ofício n.º 270, Embaixada em Berlim , 23-09-1976), o que seria confirmado quando o mencionado encontro se efetivou (Telegrama n.º67, Embaixada em Berlim, 26-09-1976). No telegrama seria mencionado o interesse na por parte da RDA na manutenção do SPD no poder na RFA em detrimento da CDU, adicionando também ao aumento das tensões os aparentes sucessos económicos leste alemães naquele ano, levando a um endurecimento da posição da RDA nas relações inter-alemãs (Telegrama n.º 67, Embaixada em Berlim, 26-09-1976). A postura endurecida teria surgido no discurso de Oskar Fischer, proferido na Assembleia-Geral da ONU, onde é reafirmada a inviabilidade da reunificação alemã, a ocorrência reiterada de provocações ao longo da fronteira inter-alemã e a reafirmação da existência de uma fronteira internacional entre os dois estados, sendo este discurso

⁷¹ Günther Gaus (1929-2004) foi um jornalista e membro do SPD

proferido após o ato eleitoral na RFA, que terminaria com a vitória da coligação SPD-FDP (Ofício n. 286, Embaixada em Berlim, 08-10-1976).

No início do ano de 1978, o embaixador Rui Medina informaria Lisboa do estado das relações inter-alemãs. A descrição das mesmas assentava na troca de vantagens económicas por vantagens políticas, com a Berlim a tentar “extorquir um máximo de benefícios materiais, para com eles dar satisfação as exigências da população local”, para assim manter a estabilidade social e com isso evitar a contestação política (Ofício n.º 25, Embaixada em Berlim, 17-01-1978). No que concerne à postura e as opções de Bonn, o embaixador iria encarar as mesmas quase como humilhantes para a RFA, por forma a manter afastado no espírito inter-alemão ideia de cisão definitiva entre os dois estados (Ofício n. 25, Embaixada em Berlim, 17-01-1978). Seria entendido que a manutenção do regime da RDA estaria intimamente ligada às contribuições e concessões económicas da RFA, ainda que fosse considerado que, a curto prazo, existiriam implicações nas estruturas políticas da RDA, o que lançava por parte das autoridades leste-alemãs, uma postura desconfiada em relação às pretensões da RFA de aproximação (Ofício n. 25, Embaixada em Berlim, 17-01-1978). As concessões materiais imediatas promovidas pelas autoridades da RDA, criaram uma população cada vez mais exigente, o que forçava a ainda mais cedências, ainda que bem definidas, pela ortodoxia ideológica, e até pela preponderância da URSS no quadro das relações inter-alemãs. Moscovo via o complexo inter-alemão num quadro ambivalente, sendo a cooperação entre a RDA e a RFA fundamental para o clima de distensão pretendido, bem como para a própria saúde e estrutura do bloco socialista, com as vantagens económicas advindas das relações germânicas para o COMECON e para a estabilidade social na RDA, vital e decisiva para o bloco. Contudo, estaria sempre na mira soviética a possibilidade de instabilidade interna provocada pela cooperação, bem como as tendências reunificadoras.

A preponderância soviética nas relações inter-alemãs, na ótica da Embaixada portuguesa, levaria o chanceler federal Helmut Schmidt a considerar que o surgimento de um quadro excessivo de instabilidade poderia tornar a RDA um terreno fértil para uma intervenção soviética profunda, o que tornaria pouco frutíferas as relações inter-

alemãs, e a sua consequente aproximação (Ofício n.º 25, Embaixada em Berlim, 17-01-1978). Ainda via telegrama, o embaixador Rui Medina iria refletir relativamente às intenções soviéticas em relação ao clima de distensão que resulta da Ata de Helsínquia, que, apesar da sua contribuição para o desanuviamento de relações, pretendia “congelar” as relações inter-alemãs, e exercendo pressão sobre Berlim Ocidental, sempre que a aproximação entre os Estados levasse ao desequilíbrio da balança de poder na Europa Central. O embaixador avalia também a importância do comércio inter-alemão e ajuda no campo económico, que permitia a RDA a debelar problemas sociais, e consequentemente, garantir a estabilidade política, que seria centrífuga para o bloco socialista (Telegrama n.º 8, Embaixada em Berlim, 23-01-1978). Pela mesma via, o embaixador daria nota do “endurecimento da posição soviética quanto aos setores ocidentais e em geral ao atribuído desejo de pressão sobre governos de Berlim e Bonn (tanto revelando posição de força como dificultando contactos entre os dois países) no intuito de criar atmosfera susceptível de conduzir a renegociar acordo quadripartido” sobre Berlim Ocidental (Telegrama n.º 11, Embaixada em Berlim, 25-01-1978).

A marca soviética nas relações inter-alemãs estaria espelhada na postura das autoridades leste-alemãs, com a garantia da não existência dessas relações apresentarem perigo político para RDA, sendo especialmente estruturadas para o plano económico. Esse plano económico, com o papel fundamental da RFA, haveria de contribuir para a estabilidade do regime da RDA, segundo a ótica do Embaixador Medina (Telegrama n.º 51, Embaixada em Berlim, 10-03-1978).

4. Relações Comerciais entre Portugal e a RDA

A abertura portuguesa ao Leste europeu após o 25 de Abril de 1974 tornou-se uma questão fundamental para os Governos Provisórios do período pré-constitucional. O acesso a novos mercados, promovidos pela estabelecimento e restabelecimento de relações diplomáticas com os diversos países do bloco socialista, era considerada uma das prioridades fundamentais da política externa portuguesa, também reconhecida nos programas políticos dos partidos, conforme descrito no Capítulo 1 desta dissertação

A abertura ao Leste, tema desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação, desenvolveu-se de forma acelerada, coincidindo com diversos momentos evolutivos da democracia portuguesa, encontrando um período de desaceleração no início da década de 1980. Apesar dos esforços portugueses de adesão às Comunidades Europeias, as relações em matéria com o Leste mantiveram-se, com alguns estados em destaque, estando na dianteira a União Soviética. Apesar das diferenças evidentes dos sistemas económicos, as exportações portuguesas para o leste europeu saldaram-se por um crescimento de 140 por cento e as importações pelos 85 por cento, entre 1974 e 1975 (Gabinete de Estudos e Planeamento, MNE, p.89, 1978).

No que concerne a República Democrática Alemã, o desenvolvimento de acordos e trocas comerciais foram uma realidade, ainda que nunca ocupando um lugar de destaque nos dados do comércio internacional português, apesar dos desígnios e objetivos iniciais aquando do estabelecimento das relações em 1974.

4.1 A evolução comercial e a posição da RDA – 1975-1977

Em janeiro de 1975 assinou-se o primeiro acordo entre Portugal e a RDA, tratando-se de um Acordo Comercial a Longo Prazo⁷², publicado em *Diário da República* (duração até 31 de dezembro de 1979). Este acordo iria nortear as trocas comerciais entre os dois países com o estabelecimento das condições das trocas e com a definição das mercadorias que seriam alvo de trocas entre os dois países. A observação da tramitação do acordo seria desenvolvida com a constituição de Comissões Mistas, que se iriam reunir três vezes, até 1979.

Seriam também assinados acordos que iriam regular o transporte aéreo entre os dois países e o Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, em 29 de junho

⁷² Decreto n.º 20/76 de 14 de janeiro. *Diário da República* n.º 11/76 – 1.ª Série. Lisboa: Direção-Geral dos Negócios Estrangeiros

de 1976⁷³, que iria criar uma comissão mista que trabalharia com a comissão mista estabelecida para avaliar a prossecução do Acordo Comercial a Longo Prazo. Em 1979, seria assinado entre os Governos dos dois países, um Acordo sobre a colaboração nos domínios da saúde e da ciência médica.

4.1.1 O triénio 1974-1977

O acordo que haveria de nortear as relações comerciais entre Portugal e a RDA, como já referido, haveria de estabelecer as mercadorias⁷⁴ que iriam circular no canal comercial estabelecido entre os dois países, bem como o estabelecimento de uma comissão mista que se iria reunir alternadamente entre os dois países, tendo como “missão velar pela estrita aplicação e pela realização das disposições previstas” no acordo, promovendo o seu incremento e equilíbrio.

Apesar do tardio reconhecimento internacional da RDA como Estado, havia trocas com Portugal, ainda que pouco significativas, quer com a RDA e quer com os restantes países do bloco socialista. Esta tendência seria mantida até 1975, quando o incremento de trocas se torna acentuado. Ainda assim, em 1974, Portugal apresentaria saldo negativo na balança comercial, ainda que o valor, 4712 contos (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977). O ano de 1975, já apresentaria valores favoráveis a Portugal, com a balança comercial a saldar-se nos 46.620 contos (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977).

Segundo dados oficiais, o ano de intensificação das trocas comerciais entre os dois países seria 1976. Foram registados aumentos consideráveis na percentagem das importações e exportações em relação ao ano anterior, com um crescimento de 93 e 35 por cento respetivamente (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977). Apesar deste incremento, os valores referentes às exportações iriam cifrar-se abaixo dos valores obtidos com os outros países do bloco socialista, ao contrário dos valores referentes às

⁷³ Decreto n.º 82/77 de 2 de junho. *Diário da República* n.º 128/77 – 1.ª Série. Lisboa: Direção-Geral dos Negócios Estrangeiros

⁷⁴ Ver Acordo comercial a longo prazo

importações, onde a RDA ocuparia lugar de destaque (em relação aos países socialistas e demais países) (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977). O saldo da balança comercial portuguesa iria saldar-se em 37.512 contos, apresentando-se positiva.

O ano de 1977 iria contrariar a tendência verificada nos anos de 1975 e 1976, com dados negativos para Portugal, com diferenças algo vertiginosas em relação anos anteriores. As exportações portuguesas para a RDA iriam baixar na ordem dos 20 por cento, e o volume de exportações iria acentuar-se de forma drástica, muito devido à grande aquisição de carne daquele país, conforme Informação de Serviço do MNE, o que indiciava a crise de produção interna, possivelmente provocada pela pressão demográfica com o retorno dos colonos dos antigos territórios africanos. Soma-se ainda a prestação de serviços, que não são contabilizados nos dados do Comercio internacional, como a reparação naval, que em 1976 seria lucrativa para Portugal, mas que, ao abrigo do regime de compensação de aquisição de bens promovido pela RDA, que dificultaria novas contratualizações, que não existiriam em 1977 (Informação de Serviço, MNE, 2-11-1979). Numa análise preliminar constante em documentação ministerial a RDA iria ocupar a 5.^a Posição em matéria de trocas comerciais com Portugal, tanto a nível de importação e exportação, no conjunto dos países do Bloco Socialista. Os países para onde Portugal mais exportava era a URSS, Roménia, Hungria e Polónia, e os países de onde Portugal mais importavam eram a URSS, Cuba, Polónia e Roménia (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977, p.5).

No triénio 1974-1977, as mercadorias que foram alvo de exportação por Portugal foram-se alternando. Entre 1974 e 1975, mercadorias como vinho, conservas de peixe, aguarrás e moldes para indústria (plástico). A partir de 1976, os produtos manufaturados iram ganhar importância, em detrimento de produtos agrícolas, com o ano de 1977 a confirmar essa tendência, apresentando um nível simbólico de produtos agrícolas, com destaque para o vinho do Porto, chamando para os produtos manufaturados a maior quota parte na percentagem de produtos exportados (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977, p.6). No conjunto dos anos em referência, destacavam-se como produtos exportados: cortiça, vinhos, moldes, artigos de livraria e publicações (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977, p.6). Quanto às importações da

RDA, desde 1974 seriam importados em larga medida produtos alimentares, em especial manteigas, até 1975, e entre 1976 e 1977, a aquisição de carne, produtos químicos e produtos industriais, como máquinas de escrever, e placas de ferro e aço (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977, p.7).

O saldo da Balança Comercial entre estes dois países seria manifestamente desfavorável para Portugal, com o ano de 1977 a obter os piores indicadores, o que levaria a importantes reflexões por parte das autoridades portuguesas, como a avaliação da realização de novos acordos com vista à promoção do equilíbrio de trocas e inversão da situação da balança comercial desfavorável (Informação de Serviço, MNE, 30-12-1977, p.9).

4.1.2 O Biénio 1978-1979

Em 1978, a tendência desfavorável da balança comercial iria manter-se, apesar da franca diminuição do saldo negativo em relação a 1977, verificando-se um incremento em matéria de exportações no ano de 1978. É digno de nota uma 2.^a sessão da comissão mista havia-se realizado em maio de 1977 para avaliar a aplicação do acordo.

Segundo apontamento ministerial, a percentagem dos produtos importados iria variar em relação ao ano anterior, com destaque para adubos, com a maior percentagem, placas de aço e ferro, carne suína e máquinas de escrever. (Informação de Serviço, MNE, 2-11-1979, p.3 e 4).

A evolução desfavorável da balança teria como efeito o desencorajamento por parte dos exportadores portugueses em olhar para o mercado da RDA com um potencial campo de escoamento de mercadoria, o que terá resultado igualmente na redução da delegação portuguesa na Feira de Leipzig. De forma analítica, as diferenças estruturais seriam a base do quadro desfavorável sendo “as profundas diferenças existentes entre o mercado português, essencialmente aberto, onde os exportadores da RDA têm campo

de acção livre tanto junto do setor privado como público, e o mercado da RDA, reduzido aos organismos oficiais de importação, serão os principais responsáveis pelos desequilíbrios verificados” (Informação de Serviço, MNE, 2-11-1979, p.4)

Em termos absolutos, nas relações comerciais entre os dois países, observou-se, como foi notado anteriormente, a redução em 1978 do saldo negativo para Portugal, que se iria contabilizar nos 29.251 contos (Informação de Serviço, MNE, 18-01-1980, p.1), e, pelo contrário em 1979, um aumento considerável do saldo negativo, atingindo os 260.584 contos (Informação de serviço, MNE, s.d., seguramente anteriormente a 1982, p.1).

Os produtos que figuraram no circuito comercial entre os dois países foram, em matéria de importação, produtos alimentares, destacando-se a carne, chapa de ferro e aço e produtos manufaturados, com destaque para os produtos de natureza química, como o cloreto de potássio (adubos). No que respeita à exportação, produtos de conserva, cortiça, pez-louro e produtos manufaturados (Informação de Serviço, MNE, s.d., seguramente anterior a 1982 p.2).

Num quadro de desequilíbrio da balança comercial, que aparentava tornar-se sistémico, o MNE abordaria os dados estatísticos e demais eventos e notas sobre as relações portuguesas com o leste europeu no geral, produzindo-se um relatório. Nesse relatório dado à apreciação do ministro dos negócios estrangeiros, em 1979, João de Freitas Cruz⁷⁵, ficariam expostas as dificuldades portuguesas na inserção nesses mercados, devido a natureza e exigências encontradas, muito diferentes das habituais no quadro das exportações. Seria tido como solução, uma ação concertada dos exportadores portugueses, para “vencer as resistências caraterísticas dos mercados de economia centralizada”, e uma ideia concreta e pragmática das capacidades portuguesas a nível de produção e cumprimento de prazos (Informação de Serviço, MNE, 12-03-1979).

⁷⁵ João de Freitas Cruz (1925-1984) foi um diplomata e político que ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros do IV e V Governo Constitucional

Conforme previsto no Acordo Comercial a Longo Prazo, assinado em 1975, estava previsto anualmente a reunião de uma comissão mista, para verificar a aplicação e desenvolvimento do acordo. A mesma ocorreria alternadamente entre os dois países (Artigo VII, Acordo Comercial Longo Prazo, 1975).

A primeira sessão iria ocorrer em Berlim Oriental em fevereiro de 1976, e iria avaliar o desenvolvimento das trocas comerciais que se estavam a desenvolver, mas com uma hipótese clara de incremento, assumindo-se a complementaridade das estruturas económicas dos países (Protocolo 1.ª Sessão Comissão Mista, 1976, Anexo A, p.2). Para que esse incremento se realizasse, seria proposto um maior volume de trocas de informação comercial, entre as entidades competentes dos dois países. A apresentação e proposta de novos produtos a integrar nas trocas comerciais seria acompanhada da projeção de um acordo a ser desenvolvido respeitante à cooperação e promoção do comércio, entre a Câmara do Comércio Externo da RDA e o Fundo de Fomento de Exportação português (Protocolo 1.ª Sessão Comissão Mista, 1976, Anexo B, p.1-5). Contudo, o principal destaque desta 1.ª Sessão foi o reforço da importância da conclusão da negociação do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, que seria terminado no mesmo ano desta sessão.

A segunda sessão da Comissão Mista iria ocorrer em maio de 1977, em Lisboa, e iria abranger a avaliação e aplicação dos dois acordos (Acordo Comercial a longo prazo e Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica) entre os dois países. Em maio de 1977, após os resultados positivos dos anos anteriores, a balança comercial já se estava a afigurar francamente negativa para Portugal. Ainda assim, seriam propostos e apresentados novos projetos, em matéria têxtil do lado português, e o interesse da RDA na exploração de uma jazida de minério em Rio Maior (Protocolo 2.ª sessão Comissão Mista, 1977, Anexo B).

Por fim, a última sessão da Comissão Mista realizada até ao início da década de 1980 iria ocorrer em Berlim Oriental, em novembro de 1979. O protocolo da sessão revelar-se-ia ambicioso, com um plano mais definido e abrangente, com um programa de ação comum para o biénio 1980-1981, e com a parte portuguesa a buscar paridade e reciprocidade em matéria de trocas comerciais (Protocolo 2.ª sessão Comissão Mista,

1979, Anexo A, p.). A balança comercial entre os dois países iria manter a tendência dos anos anteriores, afigurando-se como recomendável, por parte das autoridades portuguesas o reequilíbrio da balança comercial.

4.1.3 Avaliação das relações comerciais com a RDA

A verdadeira extensão das relações económicas entre Portugal e a RDA, deverão ser medidas num quadro de análise comparativa com os restantes países da Europa de Leste, muito devido à similitude do sistema económico planificado e da tipologia dos seus mercados, o que faria que a dificuldade portuguesa na exploração de mercados transversais aos países de economia planificada do centro e leste da Europa.

O ano da revolução foi também o ano de abertura aos mercados de leste e do ensaio e da realização das primeiras trocas comerciais com o leste europeu, com um volume de trocas residual, com um balanço negativo. O total das trocas com a RDA em relação ao volume do comércio externo do ano de 1974 iria rondar os 0,8 e 0,9 por cento, para as importações da RDA e exportações para a RDA respetivamente, e por consequência, com valores irrelevantes para os índices de comércio com a RDA⁷⁶.

O ano de 1975 teria também balanço negativo no respeitante ao volume de trocas com os países de economia planificada⁷⁷. Apesar de apresentar uma balança comercial positiva em relação a alguns países, o saldo era no que diz respeito à balança comercial com a URSS. Em termos gerais o comércio com os países de economia planificada representavam um total de 2,31 por cento do total das importações e 2,22 por cento das exportações portuguesas. Em termos gerais a RDA representava 0,04 por

⁷⁶ Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente e Ilhas Adjacentes: 1974. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1975. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260533469> p. 22

⁷⁷ São considerados a Albânia, a RDA, a Bulgária, a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia, a Roménia e a URSS. Para fins estatísticos estes países surgiam agrupados em matéria de análise para fins estatísticos, com a denominação de “Países de Economia Planificada”.

cento das importações e 0,18 por cento das exportações⁷⁸ dos valores totais representados pelos países de economia planificada.

Em 1976, o peso do comércio com os países de economia planificada iria aumentar, cifrando-se nos 4,1 por cento das importações, e a 4,5 por cento das exportações. Os contributos da RDA para estes indicadores iriam cifra-se nos 0,1 e 0,2 por cento, relativamente a importações e exportações, respetivamente⁷⁹. A balança comercial continuaria positiva apesar da diminuição, em contos, do mesmo saldo.

O ano de 1977, como já anteriormente mencionado, seria o primeiro ano em que a balança comercial seria francamente negativa para Portugal. Com totais de 3,4 e 4 por cento, para importações e exportações com os países socialistas, a RDA iria apresentar indicadores de 0,2 por cento para os dois índices, com um aumento dos valores absolutos das importações⁸⁰.

O ano de 1978 foi um ano de retração da relação comercial com os países socialistas, com o decréscimo dos indicadores para 2,6 e 3,1 dos totais das importações e exportações portuguesas, e a diminuição do saldo da balança comercial com a RDA, de forma muito acentuada, mas ainda assim negativa (0,1 por cento dos totais das importações e exportações dos totais do comércio com o leste europeu)⁸¹. Por fim o ano de 1979 deu-se um aumento nos totais de importações do Leste, com 3,1 por cento do total e uma redução para 2,8 por cento do total das exportações, sendo 0,2 por cento a cota da RDA para os dois índices. O saldo da balança comercial com a RDA voltaria a aumentar significativamente, com o prejuízo de 278.578 contos (34.003 contos em 1978)⁸².

⁷⁸ Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente e Ilhas Adjacentes: 1975. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1976. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260532335> p.22

⁷⁹ Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente, Açores e Madeira: 1976. Lisboa: INE, 1977. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260472256> p.41

⁸⁰ Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente e Ilhas Adjacentes: 1977. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1978. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260472674> p.35

⁸¹ Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente, Açores e Madeira: 1978. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1980. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260472002> p.35

⁸² Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do Comércio Externo: Continente, Açores e Madeira: 1979. Lisboa: Papelaria Fernandes, 1981. Disponível em <https://www.ine.pt/xurl/pub/260471768> p.36

Considerações Finais

Esta dissertação de Mestrado incidiu nas relações diplomáticas entre Portugal e a República Democrática Alemã, prestando de igual forma atenção a sua materialização em matéria de relações económicas. O período em análise, como já referido na introdução, foi balizado entre os anos de 1974 e 1979, pelos aspetos marcantes de cada um, na história de Portugal, em concreto à política externa portuguesa na segunda metade da década de 1970.

O 25 de Abril teria uma importância capital na alteração da posição de Portugal no Mundo, e por consequência, em matéria de relações diplomáticas. A mudança de regime político em Portugal e o reconhecimento do mesmo, foi uma das maiores preocupações das autoridades emergentes da Revolução, bem como o reenquadramento nas organizações internacionais a que Portugal pertencia, a começar pela ONU, dentro da qual Portugal se encontrava posição tida como desconfortável em virtude da situação colonial e do longo conflito com os movimentos de libertação daqueles territórios. A evolução da política externa portuguesa esteve inevitavelmente ligada à situação da política interna do país. Ainda que o programa político do MFA se houvesse revelado lacónico neste campo, os partidos políticos já existentes e os emergentes, já continham nos seus programas políticos vários princípios e intenções em matéria de política externa. Ainda assim, durante o período pré-constitucional, os grandes protagonistas da política externa portuguesa seriam Mário Soares e Melo Antunes, com o primeiro a incorporar uma linha euro-atlântica e pró-ocidental e, o segundo, a apostar nas relações privilegiadas com o Terceiro-Mundo. A linha pró-comunista, teria lastro nos Governos provisórios chefiados por Vasco Gonçalves, como designou Medeiros Ferreira no IV volume de *Portugal: Os próximos 20 anos*.

A apresentação das novas orientações da política externa portuguesa na XXIX Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1974, por Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros. Estava-se, porém ainda, com a difícil pasta da descolonização por fechar. Nessa intervenção na Assembleia Geral mencionar-se-ia a abertura aos países

do Leste europeu, contando-se já com o restabelecimento de relações com países com quem Portugal nunca havia estabelecido relações diplomáticas (como era o caso da URSS), as havia cortado após a Segunda Guerra Mundial e o estabelecia como novos países de que seria exemplo a República Democrática Alemã. Até ao final do período pré-constitucional Portugal iria abrir embaixadas em todos os países do leste europeu, desenvolvendo-se de igual forma trocas comerciais com os diversos países.

O advento do período constitucional, a eleição presidencial e a nomeação do I Governo Constitucional iriam marcar o ano de 1976, e, consequentemente, a estabilização da democracia portuguesa. A opção pela integração nas Comunidades Europeias ganharia maior peso na política externa portuguesa, contudo, sem deixar de se conferir importância a outras áreas do globo, e em particular ao bloco socialista. A instabilidade política levaria ao surgimento do II Governo Constitucional em 1978, que resultaria de uma coligação entre o PS e o CDS. Os desígnios para política externa seriam mantidos, destacando-se a importância de três parcerias no centro-leste europeu: a Roménia, a URSS e a Jugoslávia. Sucederiam aos dois primeiros governos constitucionais três governos de iniciativa presidencial, que manteriam nos seus programas, o desenvolvimento de relações com o leste europeu, apesar das dificuldades em matéria comercial. O fulgor do período pré-constitucional não teria respaldo no período 1976-1979, sendo talvez a opção europeia a explicação para este esmorecimento.

Para a realização desta dissertação, para além do capítulo inicial que incidiu nas relações com o leste europeu, seria igualmente importante, a apresentação de uma breve síntese da chamada questão alemã. A divisão da Alemanha resultante da Segunda Guerra Mundial, iria tornar o território alemão símbolo do mundo bipolar, com o surgimento de dois estados que iriam militar cada um no seu respetivo bloco, com o território de Berlim Ocidental incrustado no interior do território no leste alemão. As relações entre os dois estados seriam um barómetro das relações entre os blocos antagónicos, e Berlim Ocidental, e a pressão exercida nos seus acessos, a verdadeira ignição das tensões e distensões. O contributo decisivo da RFA e do chanceler Brandt, com a promoção da *Ostpolitik*, abririam portas a novas plataformas de entendimento, deixando o estado oeste alemão se arrogar o direito de representação de todo o

território alemão. É graças a *Ostpolitik* que a RDA consegue ser reconhecida por diversos Estados, e incorporar-se, a par da RFA, na ONU, em 1973 permitindo-se então a RDA ser reconhecida por diversos Estados, e incorporar a par da RFA, na ONU, em 1973. O reconhecimento internacional da RDA iria solidificar as suas estruturas enquanto Estado, dando início a uma política externa que deixaria de se limitar ao bloco socialista e ao nascente Terceiro Mundo. A evolução da questão alemã iria contribuir de forma decisiva para a Conferência de Segurança e Cooperação na Europa, com assinatura da Ata Final de Helsínquia (1975), e o consequente desanuviamento das tensões latentes no continente europeu.

O 25 de abril, e a prossecução de uma nova política externa por parte de Portugal iria coincidir com a consolidação do reconhecimento internacional da RDA. Até ao final de 1974 Portugal iria estabelecer relações com praticamente todos os países do bloco socialista, e o estabelecimento das relações diplomáticas com a RDA efetivou-se em junho de 1974.

O promissor estabelecimento de relações e a busca de assinatura de acordos entre os dois países iram marcar a primeira fase das relações (1974-1976). A questão de Berlim seria também observada com atenção pela Embaixada portuguesa em Berlim Oriental, atendendo à sensibilidade da questão e principalmente às relações de Portugal com a RFA.

Da mesma forma que a Embaixada portuguesa acompanhou as incidências de Berlim e a da política interna leste alemã, a RDA também iria acompanhar a evolução da política interna portuguesa e o complexo processo de descolonização em 1974-1975. A África de língua portuguesa iria estar na agenda da política externa da RDA bem como o conjunto do Terceiro Mundo, como se pode verificar na documentação diplomática expedida pela Embaixada portuguesa. O reconhecimento e estabelecimento imediato de relações diplomáticas à data das independências dos antigos territórios portugueses iria vincar as orientações da política externa leste-alemã para a África.

O período pré-constitucional seria um período fértil para o primeiro desenvolvimento das relações entre Portugal e a RDA. Face a necessidade da procura de

mercados para poder escoar os produtos leste-alemães, a RDA encarou Portugal como um possível mercado de exportação (máquinas industriais por exemplo), como afirmaria Tilo Wagner no seu artigo *Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»* (Wagner, 2006, p.84).

A estabilização da situação política portuguesa iria promover um período menos concorrido em matéria de relações entre os países. Contudo, mesmo com a instabilidade governativa que se verificou após a nomeação do I Governo Constitucional, os contactos continuaram a existir entre os dois países, e com a Embaixada portuguesa a reportar a Lisboa as incidências da política interna da RDA, com destaque para o robustecimento ideológico, notório após a assinatura da Ata Final de Helsínquia.

As relações entre Portugal e a RDA após 1976 ficariam marcadas pelos sucessivos convites das autoridades leste-alemãs ao Governo português, para que se efetuasse uma visita de estado, do ministro dos Negócios Estrangeiros português à RDA, o que por fim se foi tornando uma questão formal entre os dois países. Da parte portuguesa, seria dado sempre o enfoque para questão comercial, com os resultados negativos em matéria de comércio externo, para Portugal.

A Embaixada portuguesa em Berlim Oriental iria dar relevância a política externa leste-alemã para o Terceiro Mundo e em especial, para a África de língua portuguesa. O rápido estabelecimento de relações diplomáticas com os países recém-independentes, por parte da RDA, iria indiciar uma fase da política externa leste-alemã. As poucas referências à política externa no 9.º Congresso do SED, iria suscitar nas missões diplomáticas, que assistiriam à reunião, que as relações com o Terceiro Mundo seriam uma hipótese para a política externa da RDA. O aprofundamento das relações diplomáticas com as antigas colónias portuguesas seria uma realidade, com a assinatura de diversos acordos, contactos e apoio técnico, militar e financeiro a esses países africanos, por parte da RDA. A solidariedade leste-alemã também iria estender aos movimentos anti segregacionistas da África austral, nomeadamente na Namíbia e na Rodésia, com apoios claros, a esses movimentos. A Embaixada iria destacar o apoio a mudança de regime na Etiópia, em 1977, e o apoio a causa palestiniana. No continente asiático, a RDA iria promover contactos com os países do Médio Oriente (produtores de

petróleo) e com os países do Sudeste, relacionando-se com as repúblicas simpatizantes do socialismo. Esta percepção que era dada pela Embaixada portuguesa em Berlim iria ao encontro da ideia gerada no seio das missões diplomáticas estrangeiras na RDA, em matéria de política externa e as relações com o Terceiro Mundo. As relações com a África lusófona foram uma realidade seguida pela Embaixada, numa época em que Portugal pretendia fortalecer relações com esses países africanos, como foi sendo preceituado nos programas dos primeiros governos constitucionais, o que nem sempre foi fácil, sendo o peso das relações dos países socialistas com esses países uma possível explicação.

Ao mesmo tempo a Embaixada portuguesa avaliava as relações inter-alemãs num quadro de dependência financeira da parte da RDA em relação à RFA. A manutenção do ideal de reunificação dependeria sempre do quadro situacional das relações entre os dois países, somando-se a este quadro a situação de Berlim Ocidental. Contudo a entrada de divisas ocidentais alimentaria e iria contribuir de forma decisiva para o aparelho político da RDA fazer face aos problemas económicos e sociais que assolavam o país, o que poderia explicar, em certa medida, a balança comercial portuguesa ser francamente negativa, atendendo à necessidade de exportação da RDA.

A questão de Berlim, seguida atentamente pela embaixada portuguesa em Berlim Oriental, com o relato de algumas tensões surgidas, durante o período em análise, e que remetiam para a ideia de que a reunificação seria um facto completamente descartado. No entanto, a triangulação RFA-RDA-Berlim Ocidental seria a base para a continuidade da distensão no continente europeu, com a própria URSS a compreender a relevância das relações inter-alemãs, e colocando pressão sobre Berlim Ocidental, sempre que considerasse intervir e desequilibrar o entendimento entre a RDA e a RFA. Por sua vez, seria igualmente do interesse da RFA que a RDA permanecesse num quadro de estabilidade, para evitar intervenções do Pacto de Varsóvia semelhantes na Hungria e na Checoslováquia, em 1956 e 1968, respetivamente.

Por fim, sempre segundo a Embaixada portuguesa em Berlim Oriental, fazia parte do discurso oficial das autoridades da RDA que a reunificação era um cenário que nunca

se iria concretizar, bem como, a reafirmação da existência de uma fronteira internacional entre os dois estados.

No campo das relações económicas entre Portugal e a RDA, materialização direta das relações diplomáticas entre os dois países, elas teriam um início promissor à semelhança das relações económicas com os restantes países do bloco socialista. Não obstante o número de acordos assinados entre Portugal e os países socialistas, o conjunto do volume comercial com estes países, ou como seriam mencionados nos boletins estatísticos, *Países de Economia Planificada*, seria irrelevante no conjunto total das trocas comerciais portuguesas. A mesma tendência seria verificada nas relações de foro económico com a RDA.

O Acordo comercial a Longo Prazo assinado em janeiro de 1975 iria regulamentar as trocas comerciais entre os dois países, com Portugal a obter uma balança comercial positiva nos anos de 1975 e 1976. A situação iria reverter-se drasticamente em 1977, com a balança comercial a saldar-se em balança expressivamente negativos, tendências que se manteria no período em análise. Apesar de se realizarem três sessões da Comissão Mista, prevista no Acordo comercial a longo prazo de 1975, e que depois também iriam abranger o Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica, assinado em 1976, a situação comercial entre os dois países não se revelaria equilibrada, malogrando as expetativas das autoridades portuguesas, verificando-se que muitos acordos assinados em matéria económica não teriam as respostas pretendidas, dada a incapacidade e falta de produtividade da economia portuguesa, bem como, pela dificuldade de inserção de produtos portugueses nos mercados de economia planificada, gorando-se assim o fulgor e objetivos iniciais do estabelecimento das relações entre os dois países.

Recuperando as questões de partida associadas ao objeto desta investigação é lícito concluir que as relações diplomáticas e comerciais com a RDA não constituíram um bloco relevante na história diplomática portuguesa, numa época, contudo, de franca abertura ao exterior por parte do nosso país. Contudo, o interesse leste-alemão na descolonização portuguesa, demonstraria a atenção conferida aos destinos dos antigos territórios portugueses, terreno fértil para extensão de influência política e económica.

Ainda que a opção europeia fosse por parte do Governo português assumida desde 1977, as necessidades de enquadramento no concerto das nações e nos circuitos comerciais internacionais, o nosso país necessitaria de complementar as suas necessidades no setor económico, buscando parceiros não só na Europa Ocidental, mas também no bloco socialista.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Fontes Secundárias

Avillez, M.J. (1996). *Soares Ditadura e Revolução*. Público

Brandão, F.C. (2002). *História Diplomática de Portugal – Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte

Cruzeiro, M.M. (2004). *Melo Antunes – O Sonhador Pragmático*. Lisboa: Editorial Notícias

Droz, Bernard e Rowley, Anthony (1991). *História do Século XX, 3.º Volume*. Lisboa: Dom Quixote (Publicado em 1987)

Ferreira, J.M. (2006). *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença

Ferreira, J.M. (1988). *Portugal: Os próximos 20 anos, IV*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Fulbrook, Mary (1992). *Two Germanies, 1945-1990*. Londres: Macmillan Press Ltd

Hobsbawm, Eric (2011). *A era dos extremos*. Lisboa: Editorial Presença (Publicado em 1994)

Huntzinger, Jacques (1987). *Introdução às Relações Internacionais*. PE – edições

Instituto Nacional de Estatística:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Menezes, E.S.N.F. (2015). *Teoria e Realidade: Da teoria da política externa à realidade das Relações Internacionais*. Dissertação apresentada ao ISCTE-IUL para a obtenção do grau de Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais. Disponível em:

<https://repositorio.iscte->

[iul.pt/bitstream/10071/11478/1/Tese_%20Sofia%20Menezes.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11478/1/Tese_%20Sofia%20Menezes.pdf)

Programa do I Governo Constitucional (1976) Retirado de:
<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc01/programa-do-governo/programa-do-i-governo-constitucional.aspx>

Programa do II Governo Constitucional (1978) Retirado de:
<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc02/programa-do-governo/programa-do-ii-governo-constitucional.aspx>

Programa do IV Governo Constitucional (1978) Retirado de:
<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc04/programa-do-governo/programa-do-iv-governo-constitucional.aspx>

Programa do VI Governo Constitucional (1980) Retirado de:
<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc06/programa-do-governo/programa-do-vi-governo-constitucional.aspx>

Soares, M. (1974). *Nova Política Externa Portuguesa*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros

Wagner, T. (2006). *Portugal e a RDA durante a «Revolução dos Cravos»*. *Relações Internacionais*, n. 11, p.79-89. Retirado de:
http://ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri11/RI11_06TWagner.pdf

Vaisse, Maurice (1996). *As Relações Internacionais*. Lisboa: Edições 70

